



Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e seis minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 1, do art.º 42.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, a Chefe da Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas.

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8

- g) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- h) Foi dado conhecimento do despacho “Contratação de empréstimo a curto prazo – 2019” proferido pela Sra. Presidente conforme constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- i) Foi dado conhecimento do mapa das prestações de serviço realizadas no mês de dezembro de 2018, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Fernando José** - Na reunião realizada no dia 3 de junho de 2015, foi aprovada nesta Câmara Municipal a desafetação do domínio público de uma parcela de terreno localizada na Praça da Independência, freguesia de São Sebastião.

Houve aqui uma permuta, que, na altura, foi justificada e os vereadores ficaram com essa justificação e com toda essa fundamentação do porquê dessa desafetação e da permuta que foi feita.

Isto data de junho de 2015. Relativamente a esta permuta, o privado fez o seu trabalho e, portanto, neste momento, temos aquela zona do Monte Belo com um novo arranjo e com novas áreas comerciais.

Acontece que, do imóvel com que a Câmara Municipal acabou por ficar, o qual foi justificado com a urgência e a necessidade de termos um centro municipal para a promoção e o desenvolvimento das artes, não temos notícia até hoje.

Portanto, as perguntas que se colocam são saber quais as razões pelas quais, desde 2015 até hoje, não tivemos, ainda, a inauguração deste centro e tentar perceber, também, para além dessas mesmas razões, para quando é que está prevista essa mesma inauguração.

**Sra. Presidente** – Houve outras prioridades à frente da concretização da Fábrica das Artes, que é o edifício a que se destina o edifício que referiu. O objeto do uso é a Fábrica das Artes. Portanto, teve que se fazer projeto.

Está feito e a prioridade foi outra. Houve outras prioridades e, portanto, não houve ainda dinheiro para a concretização desta Fábrica das Artes.

Portanto, logo que possível - pensamos que ainda é durante este mandato - será concretizado, mas, logo que possível será feito. Não há ainda data para a sua abertura.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Naturalmente que, como toda a gente, também assisti a estes incidentes que se verificaram no Bairro da Jamaica, e que, depois, por sua vez, com um curto espaço de tempo, se verificaram em outros concelhos, especificamente no concelho de Setúbal.

E, sobre essa matéria, esta moção trata de um elogio à população da Bela Vista, aos munícipes da Bela Vista, do Bairro da Bela Vista, e, também à PSP, e pretende, apenas, dar uma nota de que Setúbal é uma cidade segura e que isto são atos de vandalismo e nada mais do que isso.

Agora, numa nota bem diferente, quero-me referir áquilo que foram as declarações proferidas por um assessor do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, independentemente de ele ter falado ou de querer ter dado a entender que falou noutra qualidade. Ele é assessor do Bloco de Esquerda na Assembleia da República e, portanto, é pago pelos nossos impostos, e referiu-se, de uma forma insultuosa, à Polícia de Segurança Pública. Especialmente, estou a

referir isto porque esta questão de tratar os problemas da segregação e do racismo estar constantemente encostada aos extremos, ou à extrema-direita ou à extrema-esquerda, faz com que haja uma total ausência de moderação.

Acho péssimo que haja uma série de políticos acantonados com medo de falar sobre isto, com medo de dizer que as palavras que esse senhor proferiu são um autêntico insulto, são autenticamente incorretas e que ele deve ser responsabilizado por aquilo que disse.

Ele não representa nenhuma comunidade. Eu tenho dupla nacionalidade, portuguesa e angolana. Nunca precisei de referir isso. Vim de Angola na barriga da minha mãe para um bairro no Lavradio. Eu podia ter sido um jovem problemático. Não o sou. Nunca tive necessidade de referir isso e nunca ninguém deve ter necessidade de referir o que quer que seja para insultar quem quer que seja. Nunca ninguém deve ter necessidade de ter este tipo de comportamentos para tentar defender uma qualquer comunidade.

Este senhor não me representa e não defende a minha comunidade. Eu já fiz muito voluntariado na Bela Vista e nunca usei isso politicamente. Já dei aulas de forma gratuita, intervim e tenho amigos de infância que são da Bela Vista. Um deles é estivador, por isso é que me dou tão bem com eles. Nunca tive necessidade de fazer nada disto.

Este senhor é um irresponsável e tenta encostar o debate a um extremo, não é o da extrema-direita, mas é o da extrema-esquerda. Isso é condenável e nós não devemos ter nenhuma vergonha em dizer isso. É condenável e deve ser averiguado, porque ele é pago por dinheiros públicos e não pode ser pago por dinheiros públicos para dizer estas coisas. É condenável, tanto da extrema-esquerda como da extrema-direita.

Portanto, isto é uma questão de consciência para mim e só a mim me responsabiliza, mas enviei as declarações dele para o Ministério Público. Naturalmente que nem devia ter que fazer isso.

Este tipo de comportamento não pode ser tolerado. Não é que não haja racismo, não é que não haja problemas para resolver, mas é com moderação, não é desta forma. Isto não é moderar o debate. Isto é atacar, pura e simplesmente, as pessoas de forma gratuita. São trabalhadores e profissionais como outros quaisquer e nunca se pode generalizar qualquer tipo de classe, seja ela qual for, seja político, seja ativista, seja da PSP. Esse senhor generalizou a classe e isso não pode ser feito.

Portanto, isto é uma matéria de consciência para mim e por isso é que tinha que o dizer. Lamento muito ter que falar daquilo que são as minhas origens, para tentar explicar e para não me atacarem e para não ser atacado. Se calhar, até vou ser, nas redes sociais ou coisa que o valha, mas, se eles quiserem, tiro uma foto de família, que é para eles verem qual é a cor da pele deles. É mesmo assim, como estou a dizer.

Portanto, se alguém se atrever a tentar dizer alguma coisa, é isso que eu faço. Tenham juízo e não falem em meu nome, nem falem em nome das pessoas que lutam e singram. Em Portugal, somos todos portugueses, não quero tentar fazer passar outra ideia. Este senhor não tem juízo nenhum. O Bloco de Esquerda devia demiti-lo para ontem. Está a ser pago com dinheiros públicos.

Leu a Moção Incidentes em Setúbal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12:

*“Os recentes incidentes que ocorreram em Setúbal, especialmente com engenhos explosivos atirados à esquadra da Polícia de Segurança Pública no Bairro da Bela Vista, são atos condenáveis. Repudiamos todas as formas de violência e, em particular, aquela que sendo dirigida a autoridades públicas, não afeta apenas os alvos pretendidos, mas toda a comunidade deles dependente para a garantia da sua segurança e integridade.*

*Contudo, não podemos permitir que qualquer ideia de insegurança possa ser criada, uma vez que seria totalmente falsa. Trata-se de um ato de vandalismo que em nada representa o dia-a-dia no Bairro da Bela Vista. A relação da Polícia de Segurança Pública com os moradores do Bairro da Belavista não é diferente da relação dessa mesma força pública face a qualquer outro local do concelho de Setúbal.*

*É verdade que no Bairro da Bela Vista essa relação teve que ser construída com episódios que se mediatizaram e que perturbaram a relação da polícia com alguma parte deste bairro, mas que pertencem a um passado que em nada está relacionado com a realidade atual.*

*Setúbal é uma cidade segura e convidativa, qualquer ideia contrária é incorreta e afeta injustamente um concelho onde as famílias não têm razões para se sentirem inseguras por atos isolados de vandalismo.*

*Elogiamos, em particular, os moradores do Bairro da Bela Vista por ajudarem a construir o concelho de Setúbal e participaram no seu desenvolvimento social e económico. Face a estas notícias, sublinhamos o seu mérito.*

*Elogiamos igualmente o trabalho da Polícia de Segurança Pública em todo o concelho de Setúbal pela sua dedicação e profissionalismo. Congratulamo-nos pelo profissionalismo dos agentes e pela sua entrega à causa pública”.*

**Sr. Vereador Pedro Pina** - Queria dar duas notas muito breves, sem prejuízo da intervenção que o Vereador Carlos Rabaçal tem, certamente, também, sobre esta matéria.

Penso que, de uma forma geral, não vejo nenhuma questão relevante, mas creio que há uma ausência. Acho que é preciso ter muita atenção quando queremos falar de acontecimentos como aqueles que aconteceram nos últimos dias. Acho que é preciso não enfatizar de uma forma descuidada.

Acho que a comunicação social, sem prejuízo do papel que deve ter, de informar as populações sobre acontecimentos que podem causar perturbação ao normal quotidiano das pessoas, deve ter e deve cuidar. Em muitos momentos e em diferentes momentos, a Bela Vista foi altamente estigmatizada e penalizada pela forma, tantas vezes, como a comunicação social deu conta de acontecimentos.

Portanto, é preciso ter, sem prejuízo de todos os acontecimentos que acontecem em territórios como o Bairro da Jamaica ou a Bela Vista e outros do nosso do nosso país, é preciso ter muito cuidado.

Acho que aos políticos, independentemente da sua condição, na Assembleia da República, nas juntas de freguesia, nas câmaras municipais, nas assembleias municipais, nos diferentes fóruns, deve competir, também, manter alguma capacidade e alguma serenidade pela forma como tratamos e como olhamos para estes problemas.

Dito isto, penso que, não querendo retirar nada a esta moção, creio que tem aqui uma lacuna. E não é querer utilizá-la para nenhum outro propósito que não seja aquele que, devidamente, deve, também, servir aquilo que aqui está. E que é dizer, concordando que hoje o ambiente que se vive na Bela Vista é, em muitos aspetos, o resultado e a forma como a própria população da Bela Vista, os seus moradores, se têm disponibilizado para transformar aquele território, com um papel, também relevante, da Câmara Municipal de Setúbal, para o bom ambiente a que, efetivamente, hoje em dia, nós temos capacidade de poder, de uma forma muito fácil, assistir, percorrendo, de uma forma segura, tranquila e participativa, as ruas do Bairro da Bela Vista e as suas zonas envolventes.

Portanto, eu creio que isto é importante, porque, se é verdade que devemos dar valor e valorizar e saber separar os factos, também não deixa de ser verdade que devemos, nos momentos certos, valorizar o papel daqueles e das entidades que competem e que concorrem para que as circunstâncias, para as quais hoje nos confrontamos ou para as circunstâncias que nós, hoje, podemos assistir, tenham, de facto, esta transformação.

Portanto, eu diria que, de uma forma em geral, não estou em desacordo com o conteúdo da moção, mas creio que ela encerra uma lacuna muito relevante e basta ser rigoroso na apreciação de muitos e diferentes momentos que nós temos, publicamente, tomado conhecimento e aquilo que é a realidade do Bairro da Bela Vista, para perceber que o papel que, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem desempenhado diariamente, dia após dia, junto daquele território, tem sido ele, também, decisivo para que as circunstâncias sejam hoje bem distintas daquelas que foram no passado.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – É só dizer que aceito a sugestão. Gostaria de incorporar, incluindo, também, as IPSS, como a Cáritas e outras. Acho que é totalmente pertinente fazê-lo, a Câmara e outras entidades que atuem nessa área.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Tenho acompanhado, desde o primeiro momento e durante a noite, todo este processo. É um processo que está a ser relativamente empolado pela comunicação social. Ainda ontem tínhamos lá as televisões todas a ver coisa nenhuma, a apontar as câmaras para uma parede da esquadra, com os operadores a dizer: *“Vamos embora que aqui não se passa nada”* e a gestão dos programas a dizer: *“Têm que ficar aí, que, em princípio, vai acontecer qualquer coisa”*. Não aconteceu nada e eles foram-se embora.

Depois disso, a Polícia de Segurança Pública montou um aparato, enfim, defensivo e de proteção da esquadra, e houve, durante a noite, vários jovens que queimaram uns contentores de lixo.

Mais isso são os acontecimentos. Houve uma senhora, interlocutora de um prédio no Bairro da Bela Vista, que trabalha com o Município, que se inscreveu e falou naquele programa da Antena Um que é o *“Antena Aberta”*, a Sra. Ildefonsa. A Sra. Ildefonsa disse esta coisa muito simples: *“Nós estamos aqui bem. Estamos sossegados, estamos seguros. Há aqui um acontecimento que vocês vieram todos a correr. Não vieram cá todos quando recebemos um prémio, não vieram cá todos quando fizemos um encontro de moradores, não vieram cá todos quando fizemos atividades culturais e desportivas, não vieram cá todos quando fizemos férias para as crianças, não vieram cá todos quando fizemos a reabilitação dos prédios. O que é que quer que eu lhe diga?”*

Portanto, isto é um bocadinho o tom do que se passa ali nos bairros. Ontem, nos bairros, o dia inteiro, não se passou nada, a não ser a vida normal. Nós fizemos reuniões com os moradores, os moradores andaram na rua, circularam, etc. A única diferença foi algum aparato policial, para defender a esquadra.

Eu creio que esta é uma moção que aparece com um conteúdo, enfim, que se pode aceitar, com a ressalva que fez aqui o meu colega Pedro Pina, mas, e ainda por cima, com uma ideia que isto, este ambiente da Bela Vista pode ter caído do céu, não é? Não caiu do céu. O ambiente da Bela Vista é um trabalho brutal dos moradores, do Município e da Junta de Freguesia.

Por isso é que é possível ter um ambiente sereno no bairro, apesar de alguns comportamentos de alguns jovens e, também, alguma provocação que ali houve, para tentar que houvesse mesmo problemas a sério. Nós sabemos que houve um problema sério na Jamaica. E, de repente, começou-se a falar da Bela Vista e não da Jamaica. Porque será? É uma coisa interessante de se saber.

A Bela Vista passou a ser a mais importante. Porquê? Porque a Bela Vista é icónica. A Bela Vista é ótima para a comunicação social e esta intervenção da comunicação social é altamente prejudicial para a imagem, não só dos bairros, das pessoas que lá vivem e, também, de Setúbal.

Já quando foi do último acontecimento, há 7 anos, os moradores reuniram-se e fizeram documentos, contestando a ação da comunicação social, dizendo esta coisa simples: *“Há mais vida para além da violência. A Bela Vista somos nós. Nós, o povo da Bela Vista”*. E mandaram isso para a comunicação social, para os órgãos de soberania, para a União Europeia, para todo o lado. Foi a primeira vez, na história dos bairros de habitação pública, que isso aconteceu por iniciativa dos moradores.

Portanto, a consciência dos moradores é muito forte e não confundem aquele acontecimento que ali está, de uma hipotética reação de protesto de uma forma negativa, por parte de um grupo de jovens, de mandar um *“cocktail”* que atingiu as escadas, nem chegou à porta da esquadra, que sujou as paredes, que já estão pintadas. Pintou a Câmara as paredes, combinada com a PSP. Não confundem isso com a vida do bairro. Não confundem isso com as pessoas do bairro. Portanto, é preciso que isso fique claro e que não haja sobre isso qualquer dúvida.

De qualquer maneira, creio que é interessante, também, referenciar que, ao longo de todo este tempo, há um esforço muito grande de manter o estigma deste bairro, porque dá jeito a alguém. Penso que, desta vez, não conseguiram reverter a imagem pública do bairro, porque, mesmo a televisão, esta manhã, o Correio da Manhã TV, que é muito agressiva nestas matérias, dizia: *“Aqui está tudo calmo. Falámos com os moradores. De facto, houve aqui umas coisas à noite. Vamos filmar, mas aqui está tudo calmo”*. Portanto, acho que é muito importante este tipo de atitude que também aí apareceu.

Mas também é preciso dizer uma outra coisa. É que esta moção, que o PSD apresenta em cima deste tema, pode vir a criar uma situação de valorização de um assunto que não tem tanta importância quanto isso. E, já agora, queria dizer que a moção é contraditória com a posição do PSD distrital, que considerou os *“cocktails molotov”* enviados contra as escadas da esquadra um ataque ao Estado de Direito e exige medidas do Governo para as forças policiais, para dar resposta a isto, de certa forma incentivando à violência e à intervenção policial e é para a Bela Vista, não é para outro sítio qualquer. Portanto, o que aqui está da posição da Comissão Distrital do PSD e do nosso vereador do PSD nesta casa são contraditórias. Não joga a bota com a perdigota.

Nós fizemos declarações muito *“soft”*. Se vocês repararam, a Presidente da Câmara não apareceu na televisão, o vereador não apareceu na televisão. Não aparecemos de propósito, porque aquilo tem a importância que tem. O PSD, que apresenta uma moção sobre este assunto, nunca apresentou uma moção sobre o encontro de moradores, não apresentou uma moção sobre o prémio, não apresentou uma moção sobre nada do que se passa de positivo nos bairros. Mas vem apresentar uma moção sobre esta matéria. Vem ajudar a tornar mais evidente um problema que é curto, que é pequeno, que é fortuito, que é singular e que vai ter o seu tempo. Foi uma reação ao que aconteceu na Jamaica. Portanto, não é um movimento interno, de dentro, dos moradores, que gera aquela confusão, que é uma confusão muito limitada e que está controlada.

Creio que é importante ter-se esta nota, porque nós falamos com muitos moradores, falamos que os jovens do bairro que potencialmente poderiam fazer alguma atividade mais agressiva e eles disseram: *“Não se passa nada. Não estamos nisso. Estamos noutra onda, não estamos para aí virados. Não é nada conosco”*.

Portanto, creio que é importante que fique claro que nós temos uma situação, nos bairros da Bela Vista, de grande ambiente de grande acalmia, de participação, de democracia, de envolvimento, etc, havendo problemas naquele bairro, como há em todos os bairros. Em todos os bairros de habitação pública e nos outros. Há problemas em todos os bairros, mas não me parece adequado empolar este acontecimento particular. Tudo o que se fizer de empolamento deste acontecimento particular vai prejudicar, sobretudo, os moradores do bairro. Quanto mais se falar deste assunto mais se prejudica os moradores do bairro.

Há uma outra questão que queria deixar aqui e que me parece de uma grande importância, que é, aqueles que têm memória da vida da Bela Vista, terem presentes os acontecimentos considerados negativos naquele território. Sempre, mas sempre, tivemos grandes mobilizações policiais para proteger a esquadra da polícia. Nunca tivemos mobilização policial para proteger a população, para proteger pessoas contra pessoas. Nunca tivemos essa situação. Tivemos sempre mobilização policial das tropas de elite para proteger a esquadra da Bela Vista. Foi sempre assim, ao longo do tempo.

Desta vez, aconteceu exatamente a mesma coisa. O que nós tivemos foi um momento de proteção da esquadra da Bela Vista. Acho bem que se proteja a esquadra da Bela Vista, mas coloca-se a seguinte questão e, há dias, falando com algumas pessoas ligadas à área da segurança, diziam-me o seguinte: *“Se a esquadra da Bela Vista não estivesse na Bela Vista, não haveria problemas na Bela Vista”*. Porque, ao contrário do que se pensa, a esquadra da Bela Vista não tem agentes que saem para proteger as pessoas de dentro da esquadra. Tem as pessoas que lá estão e que atendem as pessoas. Fazem um atendimento normal e estão a fazer funcionar a esquadra. A proteção das pessoas circula nas viaturas e são chamados quando há problemas. Podiam ser chamados de outro sítio qualquer.

É recorrente haver moradores dos nossos bairros que colocam essa questão. Isto é: *“Nós precisamos de mais policiamento de proximidade, precisamos de atuação mais eficiente da polícia, mais próxima, de uma atuação mais compreensiva da polícia junto das pessoas, mas a esquadra pode não ser o elemento essencial para isso”*. É uma questão que queria deixar, visto que, desta vez, mais uma vez, todo o aparato e todo o direcionamento do protesto é para a esquadra que está no coração da Bela Vista.

Portanto, voltando ao princípio, queria só dizer que nós, a Sra. Presidente, eu próprio e os outros vereadores, entendemos não falar muito sobre isto. Entendemos dizer exatamente o que se passava. A situação está serena nos bairros. Há lá um acontecimento que está a ser controlado pela polícia e está no sítio certo. Portanto, vamos aguardar os desenvolvimentos e continuamos a aguardar desenvolvimentos e continuamos a pensar que não se deve empolar o que se está ali a passar. Qualquer empolamento prejudica, em primeira linha, os moradores e, em segunda linha, prejudica o Município de Setúbal e as suas gentes.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Sr. Vereador Carlos Rabaçal, mantenho esta moção exatamente como está. Apenas acrescento o elogio à Câmara Municipal e acrescento o elogio às IPSS e a todos os outros voluntários, naturalmente, que trabalham. Mantenho exatamente a moção como está, porque não foi a moção que pôs isto na televisão e exagerou.

Esta moção é, precisamente, de acordo com as palavras que a Sra. Presidente disse. É tranquilidade, é elogio. O senhor, com certeza, não leu bem a moção. Convido-o a voltar a ler, porque não o quero colocar numa posição que era injusta, se calhar, para si, pelo trabalho que teve agora, nestas últimas duas noites. Convido-o a ler outra vez a moção com calma. Só isso.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Nós, Partido Socialista, obviamente e genericamente, até por respeito à introdução que foi feita a esta apresentação de moção pelo Vereador Nuno Carvalho, pelo sentimento posto na sua intervenção. Não é por essa razão que concordamos com a moção, mas achamos que a moção reflete, efetivamente, a realidade.

Genericamente, ela está correta. Não parece haver aqui qualquer conteúdo que possa proporcionar uma diferença de opinião, mas também concordamos com tudo o que foi dito pelos vereadores da CDU.

Este é um assunto, uma matéria demasiado séria para... Não é que não possa ser discutida, porque os assuntos têm que ser discutidos e devem ser discutidos e refletidos. Devemos refletir todos sobre eles, mas parece-nos que este é um assunto para o qual não devemos dirigir as nossas forças, porque a realidade é, efetivamente, outra.

Hoje, repudiamos a violência. Todos hoje estamos de acordo com isso. As intervenções policiais são feitas de forma a controlar esses atos violentos. Foram atos, parece-me, isolados. Foram o reflexo daquilo que se passou no Seixal.

Portanto, a Bela Vista é, efetivamente, um bairro da cidade que nós respeitamos. A nossa cidade é uma cidade segura e nós queremos passar todos essa mensagem, mas parece-nos que a quente devemos refletir um pouco sobre a análise que fazemos destes acontecimentos, deixar passar o tempo, perceber o que é que se passou, fazer a análise juntamente com as entidades responsáveis pelas forças policiais e, politicamente, devemos ser cautelosos, efetivamente, na análise destas questões.

De qualquer das formas, esta moção não me parece que tenha... A não ser acrescentar, efetivamente, o trabalho, que me parece meritório, da Câmara Municipal do Bairro da Bela Vista, da população, que eles próprios transformam o seu bairro, e das IPSS que estão instaladas no bairro e que têm feito um trabalho que todos nós reconhecemos como de excelência.

Portanto, parece-nos que, acrescentando esses três pontos, esta é uma moção que nos merece todo o respeito e merece-nos, acima de tudo, o respeito e a coragem da sua intervenção que antecedeu a apresentação da sua moção. Enquanto cidadão e enquanto

autarca, dou-lhe os parabéns e tiro-lhe o chapéu por ter, também, a coragem de falar sobre o assunto. É um assunto que também me diz respeito e diz respeito a todos nós.

**Sr. Vereador Manuel Pisco** – A comunicação social, de facto, vive do relato da realidade. O relato da realidade não é a realidade, é uma representação e é virtual. Portanto, é sujeita às representações verdadeiras ou empoladas e o sensacionalismo é uma coisa muitas vezes procurada pela comunicação social.

Aconteceram incidentes policiais com a população no Bairro da Jamaica. A questão que se colocou: “Há racismo ou não há racismo? Há intervenção policial porque há racismo!”. Nós estamos convencidos que não é por racismo que são feitas intervenções de segurança. De acordo. Houve réplicas, eventualmente, aparentemente, terá sido com alguma relação, noutros locais. Não foi só na Bela Vista, noutros bairros também. Só se fala na Bela Vista. Na Amadora também houve. Noutros locais. Eventualmente, em relação com os acontecimentos da Jamaica.

Agora, repudiamos todos que não há uma ideia de intervenção policial racista. Não, dissemo-lo todos. E, quando falamos só na Bela Vista, temos que recuperar aquilo que disse o Vereador Rabaçal e o Vereador Pedro Pina: “Sim. E o nosso trabalho na Bela Vista, que pode ser manchado com um empolamento enfocado apenas na Bela Vista?” Não há esse caso.

Todas as noites, quase todas as noites, nos diversos concelhos da margem Sul e da margem Norte aqui do Tejo, ardem contentores, há “*cocktails molotov*” lançados, às vezes a carros. Nunca é notícia. Agora, foi notícia, na sequência da intervenção policial da Jamaica. Portanto, ninguém aceita.

Vamos resumir as verdades, de facto, mais simples. Há a convicção desta Câmara que não há intervenção por motivos racistas, intervenção policial por motivos racistas. O povo português não é, a população da Bela Vista não merece ser, sistematicamente, referenciada como uma população problemática, porque não o é e o trabalho social do município, naquela zona, não merece ser constantemente posto em causa por atos de empolamento de acontecimentos que são triviais noutros locais.

Portanto, devíamos rematar a discussão. A posição que está colocada nesta moção do Sr. Vereador Nuno Carvalho é a sua posição. Já vimos que não corresponde à do PSD, mas é a sua. Fica registada como sendo sua.

Por nós, é esta afirmação, apenas, que não há racismo na intervenção policial no nosso país, que a Bela Vista não é um caso problemático e que, pelo contrário, é um caso de sucesso na integração social. Terminando dizendo que o sublinhado desta discussão deve ser, precisamente, a relevância que tem o comportamento cívico dos moradores da Bela Vista, que não têm qualquer cariz criminal. E, nisso, também tem a sua quota-parte de responsabilidade e de participação o trabalho que o Município de Setúbal tem feito naquela área.

Julgo que é tudo o que há a dizer sobre esta moção.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** - Vou tentar fazer uma alteração à moção, porque acho que é justa, acima de tudo, e que, naturalmente, é a posição do PSD, porque não vale a pena aqui tentar descolar o que disse o Presidente da Distrital, Bruno Vitorino, daquilo que está aqui dito.

Ele atuou e falou de uma questão distrital e de uma questão específica, no que diz respeito àquilo que são os atos isolados de vandalismo, mas não gerou nem procurou gerar nenhum alarme à volta disto.

Portanto, isto é, naturalmente, a posição do PSD. Não há dois nem três PSD. Aliás, porque tive o cuidado, inclusive, de falar não só com o Presidente da Distrital, antes de escrever esta moção, mas também tive o cuidado de falar com o Comandante Distrital da PSP. Portanto, sei bem o que digo. Não estou aqui a referir isto apenas da minha livre e espontânea iniciativa.

A proposta que eu faria e vou tentar ler isto da forma mais correta possível, seria acrescentar um parágrafo que diria o seguinte: “*Por último, elogiamos todo o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Setúbal e por todas as IPSS que têm desenvolvido um trabalho meritório na integração do Bairro da Bela Vista, no desenvolvimento social crescente que se*



*verifica neste bairro*”. Não sei se querem acrescentar mais alguma coisa ou não, não estou a tentar acrescentar um parágrafo específico, que me parece, efetivamente, meritória, porque é injusto deixar que a Câmara Municipal e as IPSS de lado neste trabalho de desenvolvimento que foi feito e essa lacuna acho que deve ser corrigida.

**Sra. Presidente** – Subscrevo inteiramente o que disse o Vereador Nuno Carvalho, em relação ao aproveitamento populista e oportunista de algumas pessoas, nomeadamente partidos políticos, que aqui foi referido. Já nos habituámos a isso, ao aproveitamento e ao empolamento por dá cá esta palha: *“Vamos embora a mais uns minutos de fama e obrigada, obrigada”* e os holofotes ali em cima, sem perceberem exatamente o que é que está em causa, quem é que estão a tocar, quem é que estão a ferir, as sensibilidades das pessoas que estão em causa. Não interessa nada. Também lá põe os pés só quando há eleições e, mesmo assim, enganam-se no nome dos bairros. Portanto, vale tudo, não é?

Acho uma vergonha exatamente aquilo que o Vereador Nuno Carvalho aqui relatou. Dizer, também, que fiquei constrangida com a Distrital do PSD, em relação às suas declarações.

De qualquer modo, este é um trabalho sério por demais, de tentativa de aproveitamento e de não perceberem exatamente o tempo que uma alteração de mentalidades, de trabalho, de construção, de transformação, levou naquelas zonas. Não é só naquele bairro, naqueles bairros todos. O trabalho que isto dá. As pessoas que ali moram, que hoje já não têm vergonha de dizer que moram naqueles bairros. Portanto, trabalho para ser tratado de forma tão leviana como isto foi tratado.

Dizer, ainda, que o nosso maior respeito pelos moradores, pelas forças policiais. Achamos que houve, de facto, aqui, um ato fortuito de solidariedade, se assim se pode chamar, de alguma juventude, em relação aos acontecimentos no Seixal. Portanto, devem ser só olhados como isso mesmo. Ponto final. Não têm que ser empolados por causa disso.

De qualquer modo, dizer, ainda, que as forças policiais fizeram um aparato exagerado na Bela Vista, para socorrer a sua esquadra. Foi, de facto, também, uma coisa desenquadrada, sem nexos, para proteger dois ou três operacionais, dois ou três agentes que hoje estão naquela esquadra, porque, fruto do desinvestimento do Governo, em relação aos agentes de segurança, aquela esquadra está com duas/três pessoas a fazerem, praticamente, atos administrativos e, quando há algum problema, vão uma série de agentes de outras esquadras proteger aqueles colegas. Não vão, de facto, fazer ali o aparato para a proteção dos moradores, neste tipo de casos.

Portanto, ontem o vereador disse e bem, que nem eu nem o vereador estivemos permanentemente em contacto com aquilo que estava a acontecer. O vereador esteve no terreno e eu tinha aqui reuniões. Não fui lá de propósito e, portanto, ele ia sempre com os técnicos da Câmara, com os interlocutores, com as pessoas que lá moram, com grupos de jovens. Estávamos sempre em contacto, para saber, exatamente, o que é que estava a acontecer, mas o que é certo é que foi exagerado o aparato propagandístico da comunicação social.

Era necessário sangue. Era necessário acontecer ali qualquer coisa que enchesse mais alguns jornais, que desse mais um bom telejornal, qualquer coisa no estilo. Portanto, aquele aparato policial também quase que convidava. O exagerado aparato policial quase que convidava à provocação daqueles jovens, para poderem ali ter alguma intervenção, para acontecer, como aconteceu, aqui há uns anos atrás. Devem estar lembrados que os miúdos, à medida que viam a comunicação social, lançavam mais *“cocktails molotov”*, etc, e vieram dizer isso mesmo para os telejornais: *“Estamos a ser filmados, vai lá agora tu”*. Os jornalistas apanharam os miúdos a dizerem isso. Portanto, ontem tudo estava convidativo a que assim acontecesse.

Esta questão do desinvestimento do número de agentes no nosso concelho, no nosso distrito, mas eu estou a falar, agora, em relação ao nosso concelho. O Governo pode dizer que mandou para cá mais 10 ou 15 ou 20 e, depois, se manda 12.... Mandou, há pouco tempo, 12 e levaram 10. Vieram 12, depois saíram 10 para Lisboa. É assim que isto funciona. Estamos quase há um ano à espera de reunião com o Sr. Ministro da Administração Interna, para

resolver esta e outras questões relacionadas com a Proteção Civil, com o SEF e com o número de agentes do nosso território.

Portanto, passado um ano e depois de conseguirmos chegar à fala com o Sr. Primeiro-Ministro, foi mais fácil do que falar com o Sr. Ministro da Administração Interna. Finalmente, passado um ano e tal, está marcada, para o próximo mês, a reunião com o Sr. Ministro que tutela este tipo de questões. Esta questão de ontem vai para a reunião que vamos ter com o Sr. Ministro da Administração Interna.

Agora, o aproveitamento, quer da comunicação social, quer de alguns partidos, foi deplorável. Portanto, subscrevo aquilo que disse o Vereador Nuno Carvalho e acho que aquelas pessoas merecem mais respeito. Portanto, isto não pode ser aproveitado nem tratado assim, para darem cabo de um trabalho que estas pessoas se esforçaram tanto para fazer, as associações que ali estão, algumas coletividades, as IPSS e a Câmara Municipal, os técnicos da Câmara Municipal, que ali estão todos os dias naquele território. Portanto, achamos que isto merece mais respeito.

Resolvessem de forma mais inteligente o problema que esteve na génese disto tudo. Tivessem resolvido de uma forma mais dialogante, mais inteligente, com mais proximidade, nada disto tinha acontecido. Portanto, pegar num problema que foi malconduzido para, depois, virem aqui manchar isto, acho que não é justo para Setúbal, para toda a gente que está nesta terra.

Por isso, estou de acordo com a moção, pese embora o facto de esta moção dever acontecer enquadrada e, também, em concorrência com outras, não é? Com a atribuição do Prémio das Cidades Educadoras foi o “*Nosso Bairro Nossa Cidade*”, o Programa “*Nosso Bairro Nossa Cidade*”, aquele território, que ganhou um prémio de entre 40 e tal cidades, quer dizer. E ninguém disse nada a não ser que nós, que viemos aqui relatar o que aconteceu.

Portanto, achamos que, a par desta moção, com a qual estou de acordo, acho que deveria haver alguma atenção quando lá acontecem coisas boas. Acontecem muitas coisas boas e muitas vezes. Portanto, ficar aqui esta nota.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – E, se me permite, também, por exemplo, a visita – eu não tive oportunidade de participar - do Sr. Presidente da República ao Bairro da Bela Vista, que demonstrou o exemplo de todo esse trabalho.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** - Só juntar mais uma nota, que é a seguinte: no relatório de Segurança Interna de Portugal foi registada uma redução geral do crime, a nível do país. Dessa redução de criminalidade, a maior redução verificou-se no Distrito de Setúbal, apesar de manter patamar elevado, a seguir a Lisboa e ao Porto. A redução maior dentro do Distrito de Setúbal, de crime, foi no Município de Setúbal, no concelho de Setúbal. E, dentro do concelho de Setúbal, a esquadra onde mais se baixou o crime foi a esquadra da Bela Vista. Isto é informação do relatório de Segurança Interna da PSP. Melhorou, segundo a PSP, a segurança dentro do bairro, melhorou a proteção de segurança da cidade em relação ao bairro e a razão que a PSP invoca para isto ter acontecido é a vida comunitária do bairro. Concretamente, o programa “*Nosso Bairro Nossa Cidade*”.

Portanto, é nesse quadro que surge este evento fortuito, na nossa opinião. Portanto, este evento fortuito tem o valor que tem. Tem um valor residual na vida da população daqueles bairros e na vida da nossa cidade e é assim que tem que ser tratado.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Se me permite, esta intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, se calhar, dá resposta à questão que a Sra. Presidente levantou, da redução dos efetivos em Setúbal. Se calhar, foram transferidos para outros locais onde faziam mais falta, dada a redução da criminalidade em Setúbal.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Nessa coisa, talvez fosse bom informar-se um bocadinho melhor para falar. Vou-lhe explicar porque é que digo isto assim, desta forma.

Tenho estado a trabalhar regularmente com as forças de segurança, como deve calcular. Nós temos, neste momento, decorrente de uma intervenção desajustada da PSP de que ninguém falou, mas que nós soubemos e com quem conversamos num bairro, estabelecemos uma relação da PSP com os moradores dos bairros. Inicialmente com a Manteigada, com a eleição de moradores que vão falar com a PSP e com quem a PSP fala antes de intervir, e vamos alargar esse projeto a todos os cinco bairros do território da Bela Vista.

Ainda a semana passada reunimos sobre isso. Foi reportada essa matéria e o que me foi dito foi que têm que reportar para cima, porque não temos efetivos suficientes para dar resposta a essa solução, que implica haver um polícia de proximidade, que é, digamos, o polícia que está em cada um dos bairros. Um polícia por cada bairro, com quem as pessoas falam, se entendem e as coisas funcionam.

Portanto, a carência de meios e recursos é real e é por isso que eles referem que a baixa do crime não se deve aos meios que eles têm exagerados, mas ao esforço coletivo da comunidade, que os ajudou a criar condições de segurança. Isso não quer dizer que não precisem de efetivos para resolver o problema e eles colocaram isso com toda a clareza.

Portanto, esta coisa que acabei de dizer não justifica, digamos, a saída de polícias daqui. Pelo contrário, podia justificar outra coisa, que era criar condições para um caso exemplar de segurança comunitária que garante a estabilidade de uma comunidade. Isso sim, talvez fosse o necessário. Então, era necessário um reforço de meios e recursos aqui em Setúbal e não o contrário.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

### **Índice**

#### **A) Período de Antes da Ordem do Dia**

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

#### **B) Período da Ordem do Dia**

- 1. Deliberação n.º 19/19 – Proposta n.º 01/2019 – GAP – Transferência de Competências para as Autarquias Locais.**
- 2. Deliberação n.º 20/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAP – Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de equipas multidisciplinares de projeto, bem como seu estatuto remuneratório.**
- 3. Deliberação n.º 21/19 – Proposta n.º 03/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 35/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPAI - Gabinete de Planeamento, Auditoria Interna e Qualidade.**
- 4. Deliberação n.º 22/19 – Proposta n.º 04/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 36/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPAE - Gabinete de Projetos do Ambiente e da Energia.**
- 5. Deliberação n.º 23/19 – Proposta n.º 05/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 37/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPE - Gabinete de Projetos Especiais.**
- 6. Deliberação n.º 24/19 – Proposta n.º 06/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 38/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAFE - Gabinete de Feiras e Eventos.**
- 7. Deliberação n.º 25/19 – Proposta n.º 07/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 39/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GARIU - Gabinete de Requalificação e Imagem Urbana.**
- 8. Deliberação n.º 26/19 – Proposta n.º 08/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 40/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPRU - Gabinete de Projeto das Áreas de Reabilitação Urbana.**

9. **Deliberação n.º 27/19 – Proposta n.º 09/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 41/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAGIAS - Gabinete de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento.**
10. **Deliberação n.º 28/19 – Proposta n.º 04/2019 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Fraternal Escotista de Portugal.**
11. **Deliberação n.º 29/19 – Proposta n.º 05/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Anulação do concurso público n.º 17/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP - Concessão do direito de exploração de Bar/Cafetaria no Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal. Abertura de novo procedimento concursal para concessão do direito de exploração de Bar/Cafetaria no Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal.**
12. **Deliberação n.º 52/19 – Proposta n.º 06/2019 – DAF – Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2019.**
13. **Deliberação n.º 30/19 – Proposta n.º 04/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 9/2017 – DAFRH/DIRH/CM-GC – Contra José Francisco de Jesus Pereira.**
14. **Deliberação n.º 31/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAF – Alteração à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal para o mandato 2018-2021. Artigo 6.º - “Gerir e Assegurar a Manutenção dos Espaços Verdes”.**
15. **Deliberação n.º 32/19 – Proposta n.º 02/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação – Bairro 2 de Abril – Largo Eduardo Maria Duarte, n.º 1 – 2.º esquerdo.**
16. **Deliberação n.º 33/19 – Proposta n.º 08/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio à Tertúlia Tauromáquica Setubalense.**
17. **Deliberação n.º 34/19 – Proposta n.º 09/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL.**
18. **Deliberação n.º 35/19 – Proposta n.º 10/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Grupo Recreativo Escola de Samba Rio Azul.**
19. **Deliberação n.º 36/19 – Proposta n.º 11/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível.**
20. **Deliberação n.º 37/19 – Proposta n.º 12/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova.**
21. **Deliberação n.º 38/19 – Proposta n.º 13/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural.**
22. **Deliberação n.º 39/19 – Proposta n.º 14/2019 – DCDJ/DICUL – Bienal de Teatro e Artes Performativas para toda a família – apoio financeiro.**
23. **Deliberação n.º 40/19 – Proposta n.º 15/2019 – DCDJ/DICUL – Projeto AMATEATRO – apoio financeiro a grupos de teatro de amadores do concelho de Setúbal.**
24. **Deliberação n.º 41/19 – Proposta n.º 16/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal – “Projeto Gralha”.**
25. **Deliberação n.º 42/19 – Proposta n.º 17/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz.**
26. **Deliberação n.º 43/19 – Proposta n.º 18/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal – CRL.**
27. **Deliberação n.º 44/19 – Proposta n.º 19/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a 50 Cut’s, Associação Cinematográfica.**
28. **Deliberação n.º 45/19 – Proposta n.º 20/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L..**

29. **Deliberação n.º 46/19 – Proposta n.º 21/2019 – DCDJ/DICUL – Festival Internacional de Teatro de Setúbal – Protocolo de colaboração.**
  30. **Deliberação n.º 47/19 – Proposta n.º 22/2019 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais.**
  31. **Deliberação n.º 48/19 – Proposta n.º 01/2019 – DES/GABS – Aceitação de doações – Natal Solidário 2018.**
  32. **Deliberação n.º 49/19 – Proposta n.º 02/2019 – DES – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho 2019-2021.**
  33. **Deliberação n.º 50/19 – Proposta n.º 01/2019 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2018.**
  34. **Deliberação n.º 51/19 – Proposta n.º 02/2019 – DAAE/DIAES – Aceitação de doação ao Município, efetuada pelo IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.**
- C) **Período destinado à intervenção do Público.**

1. **Deliberação n.º 19/19 – Proposta n.º 01/2019 – GAP – Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 14.

**Sr. Vice-Presidente** – O caráter atribuído deste processo contamina todos. E, então, a proposta que foi em tempo, com a ordem de trabalhos apresentada, referia-se, apenas, aos novos dos onze diplomas que mencionam as competências para as autarquias e há outros dois, que se referem aos fundos comunitários e à promoção turística, que estão publicados, mas que referem competências para as áreas intermunicipais, metropolitanas ou comunidades intermunicipais, que não estavam aqui mencionados.

A Área Metropolitana de Lisboa, onde o Município de Setúbal está integrado como entidade administrativa regional, fez uma circular que chegou hoje, considerando que as assembleias municipais também se devem pronunciar sobre estas competências que são atribuíveis - promoção turística, fundos europeus e captação de investimento -, que podem ser atribuíveis às áreas metropolitanas, para que todas as assembleias municipais se pronunciem, para que a assembleia intermunicipal, os órgãos competentes da Área Metropolitana, tomem posição. Nesse sentido, acrescentamos estes dois diplomas que não estavam inicialmente, para incluir na deliberação da Assembleia Municipal e pronunciamos-nos sobre todos, só para as autarquias e para a AML. É essa a alteração, é acrescentar os dois que não tínhamos mencionado, porque eram só autarquias.

Como as dúvidas sobre aquilo que se aplica são, de facto, muitas, então, assim, ficam claras. Atenção, à realidade da deliberação, que é uma alteração que quero sublinhar, em relação à proposta inicialmente distribuída, que já foi hoje uma outra alteração distribuída. Consiste no seguinte: Em vez de “*sem prejuízo dos protocolos e acordos até à data subscritos pelo Município*”, que há nas áreas das estradas da rede nacional que já foram acordados, que há nas áreas das zonas balneares, das praias.

Isto é para rebater aquela acusação sistemática que nos fazem, que nós estamos contra o processo, estamos contra a descentralização, não queremos responsabilidades. Não, o Município de Setúbal é dos que mais responsabilidades tem assumido da Administração Central, só que tem negociado e tem estabelecido as condições. O que dizemos é que não queremos recebê-las de olhos fechados, sem saber em que condições, com falta de meios, porque isso implica uma degradação das condições de serviço público. É só isso.

Portanto, nas condições em que elas estão agora, na legislação aprovada e neste processo, não as queremos assim, mas queremos definir as condições e, aquelas que foram até agora, como está aí, que até à data foram subscritas, algumas foram aprovadas em reunião da

Câmara, os protocolos, as minutas estão a ser trocadas e há algumas afinações a fazer, mas é passar a usar o termo “os protocolos e acordos até à data aprovados pela Câmara Municipal, no âmbito dessas matérias, se delibere reiterar as deliberações aprovadas anteriormente”. É substituir “subscritos”, porque podem não estar subscritos, mas “já aprovados pela Câmara”, mesmo que não estejam na fase final da assinatura do protocolo. Já estão decididos, a decisão é que conta. Portanto, salvaguardamos o momento da fronteira.

E, depois, é esta a de acrescentar os dois outros diplomas que têm que ver com competências a transferir para a Área Metropolitana, que a Área Metropolitana, agora, considera que, para que isso aconteça, as assembleias municipais têm que se pronunciar. Ora, então, incluímos na proposta, para isto ficar completo. É só.

**Sr. Vereador Fernando José** – Relativamente a esta proposta, antes de mais, começar por dizer, antes de entrar noutras considerações, que os vereadores do Partido Socialista tinham toda a razão quando, em Setembro, disseram que a proposta que nos estava a ser trazida era uma proposta extemporânea, ou seja, aquilo que nos foi trazido na última reunião da Câmara foi uma proposta que apenas nos trouxe aqui a posição do Partido Comunista, relativamente a esta matéria, porque, na altura em que a Câmara Municipal de Setúbal decidiu ou o executivo, a maioria do executivo, decidiu trazer a proposta, não existiam decretos-leis sectoriais. Portanto, nada disto existia.

Houve um esclarecimento, por parte do Sr. Ministro da Administração Interna, houve um esclarecimento por parte da DGAL, mas, mesmo assim, aconteceu aqui, na Câmara de Setúbal, aquilo que aconteceu em muitas outras câmaras do Partido Comunista, em que a decisão foi tomada, porque é uma decisão política. Respeita-se. Estamos num ciclo político e, portanto, percebe-se, perfeitamente, essa posição que foi tomada.

Aquilo que já não se entende é que, relativamente a esta proposta, o n.º 1 nos diga que “a Câmara delibera reiterar a deliberação aprovada em reunião de Câmara de 5 de setembro”, porque aquilo que estamos, hoje, a trazer aqui, é uma deliberação, uma nova deliberação que nada tem a ver com a outra, porque na outra deliberação nós não tínhamos decretos-leis sectoriais. Os decretos-leis sectoriais datam de novembro e, portanto, datando de novembro, nós não podemos estar a reiterar uma coisa que foi decidida em setembro.

Portanto, aquilo que nós, hoje, estamos aqui a fazer é votar, relativamente a cada um destes decretos-leis sectoriais, a sua não aceitação em 2019. Isso percebe-se perfeitamente. A Câmara Municipal de Setúbal, ou a maioria na Câmara Municipal de Setúbal, a Sra. Presidente e os senhores vereadores da CDU, decidiram não aceitar nenhuma destas competências que estão a ser delegadas pela administração central.

Relativamente a isso, cabe aqui fazer algumas perguntas, porque não basta trazer um documento com duas folhas, onde dizem, apenas e só, que rejeitam. Rejeitam tudo.

Já agora, gostaria de saber se rejeitam tudo só em 2019 ou se vão entrar no estudo, numa análise, para poder vir a aceitar em 2020, uma vez que a não aceitação em 2020 terá de ser comunicada em junho.

Bem, será que foi aqui aberta uma janela de oportunidade, no sentido de a Câmara Municipal de Setúbal, relativamente a estas competências, tentar analisar e perceber um pouco melhor se não estará em condições de, já em 2020, aceitar alguma delas? Não sei.

A proposta fala só em 2019, mas eu, por exemplo, e a bancada do Partido Socialista, os vereadores do Partido Socialista, gostariam de perceber, por exemplo, porque é que a Câmara Municipal de Setúbal não está em condições de aceitar delegação de competências que está vertida no Decreto-Lei 98/2018, de 27 de novembro, e que concretiza a transferência de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogo de fortuna ou azar e outras formas de jogo. Não se consegue perceber. Isto é receita, isto representa receita para a Câmara Municipal de Setúbal. Portanto, certamente que a Câmara Municipal de Setúbal tem um estudo, que os vereadores do Partido Socialista desconhecem, e, portanto, gostaríamos de ter acesso. Devem ter um estudo que diga ou que explique, que fundamente o porquê desta recusa.

Depois, também relativamente à questão dos Bombeiros Voluntários. Também gostaríamos de ter acesso a esse estudo, a essa fundamentação que leva a Câmara Municipal de Setúbal a não aceitar esta delegação de competências já em 2019. (...) em 2020, mas em 2019 não, mas, certamente, existirá um estudo que justifique o porquê da não aceitação, ou seja, aquilo que a Câmara Municipal de Setúbal, através da maioria do Partido Comunista aqui representado, aquilo que nos diz é que não aceita nada. Não aceita porque não aceita, porque é uma posição política.

Aquilo que os vereadores do Partido Socialista querem saber é porque é que não aceitam. Certamente que existe uma fundamentação, existe um estudo por trás. Nós não podemos vir aqui dizer que não aceitamos, porque não aceitamos. Temos de justificar porque é que não aceitamos e isso é que não está feito. Portanto, esta proposta devia ter vindo acompanhada desse mesmo estudo.

Relativamente à questão da habitação, também não se percebe. A Câmara Municipal de Setúbal tem um estudo feito de quais é que são os imóveis? Tem esse estudo feito? Sabe? Os vereadores do Partido Socialista desconhecem e, portanto, gostariam de ouvir, da parte da Câmara Municipal de Setúbal, até porque essa habitação vem livre de qualquer encargo. Essa transferência é livre de ónus ou encargos e, portanto, não se percebe, também aqui, porque é que a Câmara Municipal de Setúbal diz que não aceita.

Bem, os vereadores do Partido Socialista gostariam de obter essas informações, gostariam de ter acesso ao estudo que fundamenta, efetivamente, esta não aceitação.

Gostaria, também, de perceber se a Câmara Municipal de Setúbal está, e certamente que estará, a fazer uma análise de todo este processo e se o não ter colocado já, aqui, a questão de 2020, como outras câmaras de gestão CDU fizeram e têm vindo a fazer, se isso representa aqui uma abertura, uma janela de oportunidade, de, em 2020, aceitarmos já algumas destas competências, porque, uma coisa é certa - e disso temos que estar todos cientes - é que em 2021 estas competências e outras serão mesmo delegadas na Câmara Municipal de Setúbal. E, se a Câmara Municipal de Setúbal, gestão CDU, em Setúbal, não tem capacidade para aceitar esta delegação de competências que, hoje, nos é aqui apresentada, muito menos capacidade terá para aceitar aquilo que aí vem.

Portanto, eu espero, sinceramente, como setubalense, como vereador nesta Câmara, espero e os vereadores do Partido Socialista esperam, que a Câmara Municipal de Setúbal esteja, efetivamente, a fazer um estudo muito sério, relativamente à matéria, porque isto, aqui, não há volta a dar. Isto não vai voltar atrás. Este é um processo que, em 2021, as câmaras municipais vão ter de aceitar e algumas delas estão a fazer esse esforço. Algumas delas, do PS e do PSD, estão a fazer esse esforço de aceitação, já, de algumas dessas competências, porque, para terminar, não obstante este ser um processo que tem, obviamente, que ser melhorado, que tem aqui, obviamente, e reconhecemos isso, algumas fragilidades, a verdade é que, em 40 anos de democracia, é a primeira vez que se dá um passo desta natureza em frente, no sentido de termos, finalmente, uma descentralização de competências. Cabe aqui dizer que aquilo que foi feito por António Costa e pelo Partido Socialista, foi palavra dada é palavra honrada.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** - Sem entrar aqui nalgumas questões mais específicas, que foram aqui colocadas, gostaria de ressaltar, o espírito que o Partido Socialista tem nesta matéria. Nas palavras do Sr. Vereador Fernando José, o Governo delega na Câmara Municipal de Setúbal estas competências, de facto. Delega. A força das palavras é interessante, é *“está a delegar”*. Sim senhor, é exatamente isso que está aqui. É exatamente isso que a CDU questiona e que está a colocar.

Não está aqui uma descentralização de competências. Não está aqui uma discussão e um debate sobre o que é que são as competências dos municípios, o que é que devem ser as competências da Administração Central, o que é que devem ser as competências duma Administração Regional, que não existe e que deveria existir. Essa é uma questão muito mais funda, que deveria ser tratada e séria.

Não fosse a trapalhada, de facto, da aprovação à pressa, no final da sessão legislativa em junho do ano passado, tal como é referido aqui na proposta que estamos a debater e que a Sra. Presidente fez questão de apresentar, a proposta da lei que é conhecida como a Lei 50/2018, a lei-quadro de transferência de competências, nem é descentralização, é de transferência de competências e não é delegação, mas o espírito é da delegação de competências para as autarquias.

Portanto, não fosse esta trapalhada toda e estaríamos num outro debate e num outro momento. Estaríamos a aprofundar aquilo que é o processo que o Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco aqui referiu, de diálogo, de discussão e daquilo que são as competências que devem vir à autarquia e que já aqui aprovámos, como o quilómetro da Estrada Nacional 10 que tem umas características e que deve ter características de avenida, a gestão das praias e a estrada para Mitrena e outras coisas, que a Câmara tem assumido discutir seriamente, com quem de direito, e tem procurado contribuir, para além daquilo que são as suas competências, em muitos casos devido ao abandono - isto é preciso dizer -, ao abandono que os sucessivos governos, e este Governo também tem dado, relativamente às competências que assim tem.

Queria contrariar aquilo que é uma perspetiva de uma posição partidária, que esta não é uma posição partidária. O PS pode querer dar aquilo que é um posicionamento sério e a discussão séria, sobre estas matérias, que a CDU, aqui como noutras câmaras, faz, como posicionamento partidarizado. Não é um posicionamento partidarizado, é o posicionamento que, no nosso entender, defende melhor as populações que nós representamos.

O que nós fizemos, em setembro do ano passado, foi cumprir um requisito que estava previsto na lei-quadro, na lei aprovada pela Assembleia da República. Não foi pelos decretos-lei que não existem, foi aquilo que está determinado na lei-quadro.

É curioso que o senhor vereador vem aqui referir que, até junho, temos que decidir sobre outras competências, indo aí, agora. Agora, a lei já vale. Agora, o que está previsto na lei-quadro já vale, que é relativamente ao ano 2020, mas o que estava previsto relativamente ao ano 2019 não vale para nada, na tentativa de criar uma ideia de que está aqui um posicionamento partidarizado, que estamos aqui numa discussão por questões de calendário político que está a decorrer.

Neste desespero, o Sr. Fernando José tenta e confunde-se todo. O que vem aqui, o que trazemos a esta reunião da Câmara e propomos à Assembleia Municipal, é o que está previsto. É uma ressalva, para assegurar que a decisão que tomámos em setembro, de facto, reiteramos essa decisão. É uma salvaguarda, relativamente ao que vem escrito nos decretos-lei, independentemente de quaisquer interpretações que possam existir a dizer que são contraditórios relativamente à lei-quadro que lhes dá valor, porque, sem lei-quadro, esses decretos-lei não têm qualquer valor. Naturalmente, a seu tempo, traremos aquilo que será o nosso posicionamento relativamente ao futuro.

Terminaria, então, deixando sossegado o Sr. Vereador Fernando José e todos os senhores vereadores e todas as pessoas, que a Câmara, sim, tem estado a preparar e tem estado a aprofundar todas estas matérias e a estudar o significado do impacto de todas estas matérias, estejam elas a ser previstas na transferência de competências, ou não.

Todas estas matérias que têm a ver com a população de Setúbal, sejam da competência municipal, sejam de outras competências, nós temos andado a intervir, para assegurar que os direitos dos munícipes são, de facto, respeitados e concretizados, tal como na discussão anterior ficou aqui bem patente, relativamente à importância das questões da segurança.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Vou falar para o Partido Socialista, visto que a posição que foi assumida é do Partido Socialista, não é do Vereador Fernando José. Portanto, para o caso, interessa o PS.

Queria só dizer que a confusão é total, porque o porta-voz desta intervenção do PS falou em descentralização, falou em delegação e não falou na transferência, que é o que é. As palavras valem o que valem. São conceitos distintos e têm conteúdos muito distintos. Acho



que nem sequer sabe bem o que é que está a falar, para usar indiferentemente uma palavra ou outra como se fosse a mesma coisa. Portanto, é a primeira questão que queria dizer.

A segunda questão é o seguinte: São os estudos, os estudos do Governo que fundamentam a qualidade técnica e científica dessas decisões políticas de fazer a transferência de competências A, B, C ou D, estas e não outras, para as autarquias. Onde é que isso está? Zero. Não, tem um estudo. É quanto poupam: tantos milhões que já não gasto, tantos milhões que já não gasto, tantos milhões que já não gasto e vai, vai, vai e vai. Foi isso que o Governo fez.

Acho que o Partido Socialista, que é Governo, devia pedir, visto que estão aqui sentados e têm essa dúvida sobre os estudos, os estudos que o Governo fez, a área para propor, essas áreas para transferir, porque, senão, não se entende. Uns estudam e outros não? Em última análise, os vereadores do PS também têm que estudar, têm que ir à procura. Se não, vêm aqui fazer o quê? Esta é a primeira questão.

A segunda questão é que o PS pôs a regionalização no bolso. Há uns anos atrás, Mário Soares pôs o socialismo na gaveta. Agora, temos a regionalização de bolso. Portanto, passou por cima de uma consignação do Partido Socialista, esqueceu-a e passou-a para a municipalização.

Depois, temos uma outra situação, que não sei se o Governo estudou. Os senhores devem saber, são do Partido Socialista. É qual é a distribuição de impostos, em Portugal e nos países europeus que têm efetiva descentralização e têm efetiva regionalização. Temos uma distribuição de impostos à volta dos 15 por cento. A meta, acho que é 17 a 20 por cento, dos impostos colhidos a nível nacional. Há países em que é 60 por cento, 40 por cento, 50 por cento. Aí, sim. Aqueles que fazem melhor do que todos a nível local têm meios e recursos para fazer aquilo que sabem fazer melhor do que todos. O que está a ser feito é mandar a nível local, para que eles que sabem fazer melhor do que todos, uma ausência de meios para fazer que poderiam fazer melhor do que todos. É por isso que a rejeição existe. É por isso que há uma atitude de desconfiança, em relação a este processo.

Depois, em relação à questão de 2021, isto é assim: isto é democrático, 2021 toma lá que é democrático. Come e cala. É assim que a coisa está. É PS no seu melhor, não é?

Portanto, creio que é bom que se perceba que ninguém está contra a descentralização, a transferência e, muito menos, a regionalização. Ninguém está contra. Ninguém está de acordo é em receber competências que sabe que não vai ter meios para as fazer. Isso é um crime contra a população. Não é só um atentado à entidade local que vai ser responsabilizada por não fazer bem. É um crime contra a população transferir uma competência sem os meios, porque a população vai ser prejudicada pela ausência de meios da entidade que recebeu a preferência. Isso é uma irresponsabilidade. Portanto, tem que se estudar melhor e o PS tem que apresentar os estudos do Governo, para nós podermos analisar a coisa melhor.

Mas, já agora, por falar em estudos, queria, também, fazer uma referência à habitação. Falou-se na habitação, vamos lá a ver. Nós tivemos o cuidado de perguntar ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que tem ainda aqui habitações, cerca de trezentas e tal habitações, a situação do parque habitacional. Situação geral: degradado. Quantos habitantes tem lá dentro, mais ou menos? Não sabem. Quantos pagam renda? Estes. Os outros? Não sabemos. Quantas casas ocupadas? Muitas. Quantas? Não sabemos. Trabalho no terreno com as pessoas? Zero. Ligação às pessoas? Zero.

Fazer isto que acabei de dizer, reabilitar, fazer esse trabalho com as pessoas, reanimar o bairro, fazer todo um trabalho com aquela população custa milhões. Custa equipas técnicas, custa meios, custa recursos e o que diz a lei, o decreto-lei, é que tudo isso vai ser tratado e faz uma proposta correta, que é que se crie um grupo de trabalho do Governo e da Câmara, para analisar a situação, que tem 180 dias para apresentar a avaliação da situação e o pacote financeiro. Até aqui, tudo bem.

Quando se chega à parte financeira, dizem assim: *“O pacote financeiro será transferido no orçamento subsequente, se possível, senão, será (...) nos seguintes”*. Isto é, nunca mais vem. É possível aceitar uma lei e uma transferência de competências em que a transferência é rigorosa, taxativa, objetiva e o pacote financeiro vamos ver? Isso quer dizer que a Câmara

4

ia investir e, depois, logo veria se viria o dinheiro ou não. Portanto, acho que é uma irresponsabilidade do município - e, já agora, do PS - dizer que temos que aceitar isto assim. E mais, quem vai ter que fazer um estudo do que se passa nos bairros, naqueles bairros, é essa tal comissão mista, porque eles não sabem o que se lá passa. Se perguntarem ao Município de Setúbal o que se passa nos bairros de habitação pública de Setúbal, nós sabemos tudo o que se passa nesses bairros de habitação pública. E fazemos o nosso trabalho, com os nossos meios.

Portanto, nós precisamos de mais meios para fazer mais esse trabalho e eles têm meios. Têm setenta e tal por cento, oitenta e tal por cento dos impostos, que ficam lá retidos, em vez de distribuírem como distribuem outros países europeus. Portanto, é preciso, quando se fala, saber do que se está a falar.

Agora, só queria dizer o seguinte: esta posição do PS, enfim, de criticar o comportamento da Câmara de Setúbal e em outras câmaras comunistas, acho que devia agradecer. Porquê? Porque o PS diz que não tem dinheiro para fazer tudo ao mesmo tempo. Imaginem que todas aceitam as competências ao mesmo tempo? Não havia dinheiro. Então, deviam, mas era agradecer que seja estendida no tempo a assunção das competências, de forma a que vão tendo dinheiro nos diferentes orçamentos para fazerem as transferências.

Vamos ver o que é que vai acontecer no fim e vamos ver se, de acordo com a lei-quadro, legalmente é possível aceitar as competências sem o pacote financeiro claramente definido. Vamos ver. Ainda há uma luta que tem que ser feita no tempo certo.

Por isso, acho que o PS devia estar sossegadinho e a agradecer aos municípios da CDU não estarem a aceitar agora, visto que precisam do dinheirinho para aqueles que estão a aceitar agora.

Em relação aos bombeiros, as transferências são reduzidas, nada de especial, mas é dinheiro. E não vem pacote financeiro. É engraçado. Portanto, as equipas de intervenção permanente, que agora são pagas 50%/50%, Câmara e Governo, passam a ser pagas só pela Câmara. É a Câmara que paga tudo. É assim, é. Se não sabe, vá ver. É assim. É a única transferência, não há mais nada. É mais dinheiro para a Câmara pagar.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Este tema, como referido, quer pelo PS, quer pela CDU, é um tema extremamente importante e relevante. E, se, efetivamente, todos os partidos estão de acordo com o princípio, agora, quanto à forma como ele tem vindo a ser conduzido, aí, naturalmente, todos muito discordamos.

O PSD participou no pontapé de saída nesta matéria, mas a forma como tem vindo a ser conduzida não tem sido a mais feliz. Isso, convenhamos que não tem sido. Podia ser melhor. Mas, há uma coisa que o Vereador Fernando José disse, e disse bem, é que isto é inevitável. Em 2021, aí está. Portanto, independentemente de hoje estarmos a discutir aqui uma possível rejeição, só estamos a discutir uma possível rejeição, porque é importante dizer que não há mais nenhuma proposta, em sentido contrário. Portanto, ou aceitamos rejeitar ou, então, rejeitaríamos, porventura, a proposta de rejeição da CDU. Isso, já por si, é um mau princípio, porque nós não temos uma proposta em contrário. Isso, porventura, poderia ser um trabalho, se a oposição assim o quisesse fazer, da oposição, ou, se a CDU assim o quisesse fazer, da CDU.

Nós temos várias reuniões privadas, que são convocadas por parte da maioria e bem. Aqui está referido, como referiu, novamente, o Vereador Fernando José, e bem, que apenas se rejeita para o ano de 2019. Creio que seria proveitoso termos uma reunião privada, independentemente, depois, da reunião pública, para discutir, efetivamente, esta matéria.

Seja para 2020, seja para 2021, há uma mudança organizacional, que irá ocorrer na Câmara Municipal de Setúbal, para a qual os municípios, neste momento, não estão preparados. Eu diria até mais, diria que, até, muito provavelmente, nem os partidos ainda estão bem preparados para se apresentarem com um programa eleitoral que inclua esta descentralização de competências.

Por isso, quanto mais cedo começarmos a tratar dela, seja aceitando, seja discutindo em que moldes é que ela deve ser aceite, melhor. Acho que esta matéria é demasiado séria para não

se tentar realizar essa oportunidade, de haver uma reunião privada com os vereadores da oposição e que, efetivamente, daí possa sair alguma conclusão. Podemos não concordar, mas acho que se justificava. É uma proposta que faço, nesse sentido.

Não vou votar contra nem a favor desta proposta, vou-me abster. Vou-me abster, porque, efetivamente, há aqui moldes, no que diz respeito a este leque que vem aqui, com os quais não concordo. Há outras que, porventura, valeria a pena estudar se não seria, efetivamente, de aceitar pela autarquia, mas que não conseguimos ter, numa reunião da Câmara, esse debate ou essa conversa e ainda não temos elementos suficientes para ter esse debate ou essa conversa. Portanto, nós temos que definir com que elementos e que nível de informação é que temos que ter para decidir. E, depois, sim, cada um decide em consciência.

Eu compreendo a troca de argumentos, de parte a parte, mas, se estamos aqui e queremos fazer um trabalho produtivo para 2021, que aí vem, então deveremos dizer que nível de informação deveremos ter para decidir. E deveremos exigir, se não o temos. Se não o temos, temos que exigir e exigimos todos, mas, agora, estar a dizer *“aquele serviço não sabe, aquele serviço sabe e, portanto, não vale a pena aceitar, etc...”*. Compreendo todos os argumentos. Compreendo isso tudo, mas o que as pessoas esperam é que o Município se prepare para 2021.

À luz do que tem vindo a ser feito algumas vezes, não deixaria de dar esta sugestão. Sei que ela é extremamente complexa, sei que há aqui situações que, mesmo com o diploma setorial, não estão ainda devidamente definidas, porque não estão. Há aqui situações que, mesmo com os diplomas setoriais, a Câmara não pode aceitar. Não pode. Há umas que não pode, há outras que, porventura, pode.

Mas, nós, aqui, com a proposta que temos, não temos informação suficiente para dizer, com toda a garantia: *“Isto que venha, porque vai representar receita”*. E, se me perguntarem: *“Que receita?”* Eu não sei dizer quanto. Mas, também temos que começar a perguntar: *“Quanto?”* E isso é que devem ser as decisões unânimes, creio eu. Daí deixar a sugestão dessa reunião privada, porque, sublinho, por exemplo, como aconteceu em Palmela, rejeitaram 2019 e 2020, creio eu. Depois, negociaram com o PSD e tiraram até 2021, se não estou em erro, até foi assim. E, aqui, colocam só 2019.

A pergunta do Vereador Fernando José é pertinente: se, efetivamente, há algum horizonte de poder vir a aceitar competências este ano, ou não. Mas, mesmo que não haja, a preparação até ao final deste mandato é obrigatória, porque, senão, de facto, será depois um peso muito grande para os serviços. Nós temos que começar a exigir informação, para nos começarmos a preparar para a decisão, seja ela para quando for, a nível de calendário. É a sugestão que deixo.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – O PS remete para uma declaração de voto aquilo que é a sua posição final sobre esta proposta, mas quero, contudo, dizer que, enquanto autarca, todos nós, enquanto autarcas, sabemos que esta foi sempre uma pretensão do Poder Local, da transferência de competências. Sempre. Foi uma exigência do Poder Local. Nós temos essa ferramenta proposta, terminada sectorialmente.

Este processo não foi, como já foi dito aqui, um processo bem conduzido. Não foi. Não nos custa, mesmo a nós, Partido Socialista, admitir isso. Não é. Há dúvidas, sim senhor. As dúvidas têm que ser esclarecidas. O processo devia ter sido...

Mas é um processo que foi discutido na Associação Nacional de Municípios. Estas propostas foram aprovadas.

**Sra. Presidente** – Não foi, não.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Foi, foi. A discussão existiu. Foram formadas comissões de discussão de todas estas propostas setoriais. Não diga que não foi que nós sabemos que foi.

**Sra. Presidente** - Sabe mal.

4

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Foram discutidas, houve comissões que discutiram estas matérias. A Sra. Presidente sabe que a realidade é essa.

**Sra. Presidente** – Não sei.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Para nós, Partido Socialista, será e é mais importante a aceitação das propostas, mesmo com algumas dúvidas, do que a negação das mesmas, apesar de haver a necessidade de apuramento de alguns valores, porque a lei-quadro não prevê, ainda, os valores a transferir para estas competências, mas há uma garantia, que é dada pelo Governo: O que está no Orçamento de Estado está garantido. Portanto, não há aqui nenhuma questão que não seja prevista em Orçamento de Estado, em termos de previsão de valores.

Portanto, Sra. Presidente, entendemos, enquanto autarcas responsáveis, que, para as populações, é preferível aceitar esta proposta e melhorá-la no futuro, do que dizer, simplesmente, que não.

**Sr. Vice-Presidente** - As questões principais aqui, as posições do Partido Socialista: *“Não há nada que a reiterar a posição tomada em relação à lei-quadro”*. Há tudo a reiterar, em relação à lei-quadro, porque a lei-quadro é que determinava um prazo para haver pronunciamento sobre aquilo que os municípios estavam em condições de aceitar, ou não, e pronunciámo-nos dentro desse passo.

A lei-quadro não previa que se pronunciasse quando saíssem os diplomas setoriais. Foi um torcicolo que o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais e o Sr. Ministro da Administração Interna entenderam, para arranjar uma desculpa e voltar a obrigar os municípios a pronunciarem-se.

Daí que os fundamentos da rejeição são, precisamente, esses: O interesse da população é de que não se percam as funções sociais do Estado, que estão a degradar-se, acentuadamente, nas mãos do Estado. Estão a degradar-se, acentuadamente, na saúde, na educação. Todos sabemos. Não é preciso argumentar. Todos vemos. E não há dúvidas que as autarquias e a população entendem que, se estiverem nas mãos das autarquias, serão melhor executadas e melhor defendidas.

Queremos é, responsabilmente, assumi-las. Todos queremos, responsabilmente, assumi-las. Não é, partidariamente, fazer de conta que a solução está encontrada, mandando a responsabilidade para cima dos municípios sem meios nenhuns.

Onde é que estão os estudos do Governo? É essa a razão, porque a Associação Nacional de Municípios e, também, os municípios, dizem: *“Sem estudos, sem se verificar qual é a receita, qual é a despesa, o que é que para lá vai, não se pode aceitar”*.

Portanto, se eles se preocupassem: *“O quê? Mandar as competências. Quando? Já. Quando muito, daqui a dois anos”*. Como e quanto custa? Quanto tem que se mandar? Não querem saber disso. Isso não é responsável. Isso é fácil de entender.

A lei-quadro o que é que dizia? Há um fundo de financiamento das competências que tem que ser aprovado no Orçamento de Estado para 2019. Onde está? Está aprovado? Todos sabemos que não está. Portanto, puseram-se estes decretos-lei a ser publicados, o fundo de financiamento da descentralização, das transferências de competências, não existe. A Assembleia: *“Não. Queremos chamar todos os diplomas à Assembleia, queremos discuti-los, para definir as condições e os meios”*.

Entretanto, o Sr. Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, e o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, fazendo tábua rasa da lei-quadro, que é uma lei de valor reforçado, não é um diploma equivalente a um decreto-lei, fazendo tábua rasa disso, fazendo tábua rasa da decisão da Assembleia da República na aprovação do Orçamento, forçam a saída dos diplomas setoriais, sem os meios e as condições. O melhor seria dizer ironicamente, mas, acho que, gozando com os autarcas e com a população, fazem

interpretações como fez o Sr. Secretário de Estado, agora, há pouco tempo, a dizer: “*Não há dinheiro? Há, sim senhora. Então, o dinheiro está lá, nos orçamentos dos ministérios*”. Isso é o quê? Isso é brincar.

Está lá? Está lá o bolo todo, pois está! Olhe, é o mesmo que dizer: “*Isto está nos impostos que não-de ser cobrados à população durante o ano todo de 2019*”. Isso é brincar. Nós somos todos responsáveis e queremos assumir as coisas com responsabilidade. Não vale fazer essa partidarite. Isso é autêntica partidarite, a defender soluções que são de atirar para a impossibilidade de uma execução responsável. O que estamos aqui a tratar são matérias muito sensíveis para a qualidade de vida das populações.

É a educação, que ainda não saiu, que é um setor grande. Ainda não saiu o diploma. E querem-nos obrigar, outra vez, a tomar posição decisões. É a saúde, setor importantíssimo, que ainda não saiu. Atiraram-nos com as coisas mais inócuas, para virem dar espaço a esta...

Quando os senhores perguntam: “*Onde é que estão os estudos da Câmara para rejeitar?*”, eu pergunto: “*Onde é que estão os estudos das autarquias do Partido Socialista que já rejeitaram?*” Há algum? Conhece-o? São do seu partido.

O que é que dizemos aqui? “*Os decretos-lei setoriais, entretanto, publicados, obrigam as autarquias - ainda que, ilegitimamente, mas é lei -, obrigam as autarquias, com novos prazos, a tomar, novamente, posição sobre a recusa de transferências, nos termos previstos*”. Há a lei. A lei contrária - vou ver e acho que é fácil de entender -, a lei contrária a lei-quadro. Portanto, é ilegítima. Só que, até ser declarada ilegal - porque as leis também podem ser legais ou ilegais -, até ser declarada ilegal, tem que ser cumprida.

O que nós fazemos é, ao contrário do que os senhores, muitas vezes, querem fazer crer, cumprir a lei, concordemos com ela, ou não. É o regime democrático, é a legalidade democrática que está em causa.

Nós sempre a cumprimos e os senhores do Governo estão a esquecê-la. Contrariam as leis de valor superior, que aprovaram pouco tempo antes. Estão a esquecê-la. Estão a não cumprir a legalidade democrática, por leis feitas pelo seu próprio Governo. Portanto, são precisos mais argumentos sobre a falta de condições para assumir a descentralização de competências que as autarquias querem, mas querem responsabilmente. Enquanto assim não for, só há que rejeitar.

**Sr. Vereador Fernando José** – É só para reiterar aquilo que disse e porque disse sem o microfone estar, para que não restem dúvidas. Depois, no final deste processo, vamos ver quem, efetivamente, tem razão. Estarei nessa reunião da Câmara, para ver quem tem razão e quem estudou, efetivamente, as propostas.

Portanto, reitero que, relativamente ao Decreto-Lei n.º 103/2018, a transferência de competências no domínio dos bombeiros voluntários vem acompanhada do respetivo pacote financeiro, ou seja, os 50 por cento que hoje são pagos pela Administração Central passam a ser transferidos para a Câmara Municipal de Setúbal e a Câmara Municipal de Setúbal pagar 100 por cento, 50 por cento que paga hoje com os 50 por cento que são hoje pagos pela Administração Central.

Portanto, que isto fique claro e eu reitero a afirmação que fiz há pouco.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – A questão da transferência de competências para as EIP não é esse dinheiro. É que as EIP têm que funcionar 24 horas por dia e o dinheiro que vem é para funcionar 8 horas por dia. Nós sempre dissemos isso. Esse dinheiro não serve para coisa nenhuma, está bem?

**Sra. Presidente** – Assistimos, mais uma vez, à falta de humildade por parte do Vereador Fernando José e à falta de boa representação de um partido do Governo aqui, nesta Câmara, e, portanto, de uma falta de humildade, de uma imodéstia, mas eu vou, outra vez, lembrar: os senhores só são Governo e o Sr. Primeiro-Ministro só pode honrar a sua palavra, porque o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda possibilitaram que vocês fossem

4

Governo. Portanto, é favor um bocadinho mais de humildade e menos arrogância. Mais humildade e menos arrogância, porque podem vir a precisar, outra vez, que o PCP e o Bloco de Esquerda façam dos senhores Governo.

Os senhores andaram anos, décadas, a terem presidentes da República à conta destes partidos, a terem primeiros-ministros à conta destes partidos e, depois, encham o peito e não sabe, sequer, o que é que está a dizer.

O senhor não sabe o que é que diz. O senhor diz aqui uma data de inverdades e uma data de coisas que não têm base. Não sabe por que é que diz as coisas, não tem base nenhuma, mas eu vou passar a ler...

Já agora, referir que está tão mal informado, tão mal informado, que não sabe que o ano passado, em setembro ou o que é que foi, quando nós trouxemos à reunião da Câmara a não aprovação da descentralização, houve uma série de câmaras do Partido Socialista e uma série de câmaras do PSD que votaram como os comunistas. Como os comunistas, votaram pelo indeferimento, pela não aceitação. Igual a nós. E o seu discurso é de que os comunistas rejeitaram, o Partido Comunista rejeitou. E os outros, os do seu partido? Os do Barreiro, do seu partido? Como é que votaram? Já só estou a falar no Barreiro, porque houve “n” do Partido Socialista, “n”, que, depois, coitados, foram “chamados ao quadro”, mas votaram contra. E, agora, estão, outra vez, a votar contra.

Felizmente, são gente lúcida, gente responsável, que não diz, como disse o Sr. Vereador Fernando Paulino, que o que interessa é votar favoravelmente, para fazer a agenda política do seu partido. Eu não estou aqui para fazer a agenda política do seu partido.

Sabe porquê? Porque nós temos estudos. Estou de acordo com o Vereador Nuno Carvalho. Nós podemos reunir-nos, para mostrar os estudos, escandalosos estudos, mas o Governo não tem estudos. A Associação Nacional de Municípios pede ao Governo, permanentemente, os estudos. Vamos lá a falar sobre a habitação, sobre a educação, sobre a saúde. Vamos lá a falar, mas não há estudos.

Agora, pegando nesta última intervenção, por causa dos bombeiros, a propósito dos bombeiros, se houvesse estudos e se houvesse uma decisão fundamentada, não estávamos a assistir às greves dos bombeiros e às reclamações que os bombeiros estão a pôr e às reclamações que a Associação Nacional de Municípios põe, as CIM, as associações de municípios, as áreas metropolitanas, etc, colocam.

Portanto, não é verdade. Não há estudos. Ainda a última decisão da Associação Nacional de Municípios foi de que o Governo se deve pronunciar, com toda a urgência, acerca das transferências financeiras e de meios humanos. É isto que está aqui.

Está-me a dizer: “Os senhores estão a indeferir, a rejeitar, porquê?”. Os senhores? E os do seu partido, também! E os do PSD, também! “Os senhores estão a rejeitar?” Exatamente por isto: No 2.º parágrafo, diz assim: “*Além da insuficiência ou completa indefinição - é por isso que nós estamos a recusar - dos necessários meios técnicos e financeiros, em, praticamente, todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central*”.

Gostava de saber para que é que existem alguns mistérios, se nós vamos passar a fazer tudo. Para que é que existem? Era bom que, então, os seus orçamentos viessem transferidos para aqui.

Mas, já agora, vou só dar uns exemplozinhos. Só uns exemplozinhos. Estão-se a preparar para transferir, na área da saúde, uma série de competências, que, segundo os nossos estudos, são de cair para o lado, porque não há praticamente dinheiro nenhum para a construção dos novos edifícios, na área da saúde. Dinheiro nenhum, para a construção dos edifícios na área de saúde, e, para o pessoal não médico, o pessoal auxiliar, o dinheiro é insuficiente, mesmo para as pessoas que hoje já trabalham nos centros de saúde. Nós temos esse estudo, porque nós andámos no terreno e fizemos esses levantamentos todos. Não vem o dinheiro. Se, por exemplo, estão lá 50 pessoas, vem o dinheiro de 20 e tal, 30 e tal pessoas. Então, e o resto?

Na área da educação, que não está aqui, o que aceitam é assim de gritar, de fugir. Na área da educação, segundo os nossos estudos, nós temos edifícios, temos muitos edifícios, já recuperados ou novos, também por força, por competência deste executivo. Por competência deste executivo, que obrigou os sucessivos governos a fazerem as escolas novas que foram feitas, nas 2/3 e nas secundárias, mas ainda não conseguimos um polidesportivo para Azeitão, não conseguimos as obras de Azeitão, não conseguimos o polidesportivo para a D. Manuel Martins. Ultimamente, têm estado a fazer algumas obras na D. Manuel Martins. Então e o resto? Mas, sabem quanto é que dariam, por ano, para manutenção destas escolas? Cerca de 20 mil euros, de manutenção.

Numa escola pequena, que é da responsabilidade do município, do 1.º ciclo, gastamos, às vezes, por ano, 100 e tal mil euros, por escola, quando não gastamos mais. Depende daquilo que é necessário fazer na escola, mas nunca gastamos menos de 100 e tal mil euros, entre as pinturas, a reabilitação de equipamentos, às vezes infiltrações. Numa escola pequena, do 1.º ciclo, que são da responsabilidade do Município.

Numa escola média e grande, que são as escolas 2/3 e as escolas secundárias, o Governo prepara-se para transferir 20 mil euros. Nós sabemos, sim, o que é que temos a fazer. Sabemos e temos responsabilidade. Sabemos e temos responsabilidade.

Se não soubéssemos, não tínhamos recuperado o Forte de São Filipe, que é da responsabilidade dos senhores, não tínhamos recuperado o Convento de Jesus, que é da responsabilidade dos senhores, não tínhamos recuperado o Quartel do 11, que era da responsabilidade dos senhores e eram edifícios monumentais e de grande interesse cultural e histórico e estavam no chão. Fomos nós que recuperámos, sim. Nós queremos servir bem as populações, mesmo não sendo da propriedade do Município.

Nós sabemos, sim, o que é que estamos a fazer. Os senhores é que não souberam e estiveram cá e deixaram aquilo tudo a cair. Nós sabemos o que é que estamos aqui a fazer. Fomos nós que pegámos nestes edifícios todos e que os recuperámos. E somos nós que estamos disponíveis para recuperar e para fazer mais coisas, desde que os meios venham de acordo com aquilo que são as necessidades, não é nesta forma escandalosa de transferir competências que não são dos municípios, mas do Governo.

Só na área da educação, sabem quantas pessoas vinham do 2.º e 3.º ciclos e das secundárias, para a Câmara? Pessoal não docente? Não docente? (Porque nós temos estudos. Nós trabalhamos todos os dias. Todos os dias nós trabalhamos). 504 pessoas! A somar aos 1500 trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, viriam mais 504 pessoas e insuficientes. E são insuficientes, porque a taxa de absentismo é elevadíssima. É uma batata quente de mais 500 e tal, que trabalham 100 e tal. Quase 200 pessoas estão de baixa e, portanto, a Câmara Municipal, ao assumir isto, estará a braços, todos os dias, com a necessidade de meter mais pessoas. Foi o que nós tivemos que fazer no 1.º ciclo, para colmatar estas necessidades, mas, o salário dum assistente numa escola 2/3 ou numa escola secundária é inferior ao de um assistente da Câmara Municipal. É só ir ver as tabelas.

É que nós estudamos as coisas, sabemos porque é que estamos a dizer não. Sabemos porque é que estamos a dizer não. Nós e os municípios do PS que disseram não é os municípios do PSD que disseram não, o Município do Porto, que é independente e que disse não, etc. Não foram só os comunistas, para fazer a vida negra ao Governo do Partido Socialista. Não, são todos comunistas. O Salazar é que dizia isto. Qualquer um que falasse qualquer coisinha que não agradasse ia dentro, porque era comunista. Portanto, isso dizia o Salazar. Eu não quero pensar em coisas parecidas. Agora, *“são todos comunistas, os comunistas é que se estão a preparar para rejeitar”*, não. Nós e “n” pessoas, “n” câmaras, são responsáveis e sabem muito bem o que é que estão a fazer e porque é que estão a dizer não. Não temos medo do trabalho, não temos medo de responsabilidades e vamos à procura delas. Quando o Governo se mostra incapaz e incompetente, fomos nós que tomámos conta do Convento de Jesus, do Quartel do 11, da fortaleza de S. Filipe.

Portanto, é isto que nós temos a dizer, em relação a intervenções irresponsáveis, de desespero, de tentativa de nós fazemos o cumprimento da agenda político-partidária do Partido Socialista. Não fizemos nunca a agenda político-partidária, nem do PSD nem do

Partido Socialista. Temos a nossa própria agenda, porque, senão, não estaríamos em partido diferente. Cada um tem a sua agenda e tem o seu ideário, porque, senão, isto não era uma democracia, era uma ditadura. Felizmente que é uma democracia.

Portanto, os senhores disseram o que queriam dizer e eu e os meus camaradas dissemos aquilo que tínhamos que dizer. Cada um tem que respeitar o outro. Portanto, só para provar de que não vos assiste a verdade, nem a responsabilidade, eu estou de acordo com o desafio lançado pelo Vereador Nuno Carvalho, até porque temos as continhas todas feitas e temos as continhas, por alto, que o Governo disse que, por exemplo, em relação à educação, que é uma das gritantes. O Governo diz: *“Há 8 milhões, por exemplo, para a educação. Portanto, a Associação de Municípios faz as contas a milhares de escolas e dá x a cada escola, por ano”* - e a Associação de Municípios diz: *“Nem pensar”*. Quer dizer, *“nem pensar”*.

A Associação de Municípios, que tem um socialista à frente. O secretário-geral e o presidente da Associação Nacional de Municípios são socialistas. *“Nem pensar”*, e, portanto, a Área Metropolitana de Lisboa, com todas as pessoas dos vários partidos sentados à mesa, por unanimidade: *“Nem pensar”*.

Mas fiquei a perceber que é tudo comunista, o que é bom. Quer dizer que está toda a gente de acordo que os comunistas. Não é mau. Portanto, parece que as outras pessoas também fazem contas. Afinal, também têm responsabilidade e fazem contas. Sabem que têm um orçamento para gerir. E sabem que, por exemplo, fruto das discussões na nossa Área Metropolitana de Lisboa, das discussões entre os 18 municípios que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, cada um vai pagar uns milhõezinhos para pagarmos os passes ou grande parte dos passes sociais às pessoas. Estivemos todos de acordo. Se calhar, somos todos comunistas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Sra. Presidente, nós, Partido Socialista, protestamos veementemente que a senhora, no exercício da sua função de Presidente da Câmara, insinue que três vereadores do Partido Socialista, democraticamente eleitos, sejam comparados a Salazar. Nós não admitimos essa insinuação.

Sra. Presidente, que fique registado em ata este nosso protesto. É inadmissível que, num órgão democrático, com pessoas, vereadores eleitos democraticamente por setubalenses e azeitonenses, a insinuação que a senhora faz, por nós discordarmos daquilo que é a sua posição política.

Nós estamos aqui a discutir politicamente as nossas posições. Não estamos a mandado de ninguém. Nem do Governo, nem de ninguém, nem de partido nenhum. Nós assumimos a nossa responsabilidade enquanto vereadores e, muitas vezes, discordamos das posições do nosso partido a nível nacional. A senhora sabe bem isso.

Sra. Presidente, que fique registado o protesto dos vereadores do Partido Socialista. Insinuações dessas não se justificam num órgão democraticamente eleito, como é este órgão. Portanto, Sra. Presidente, a senhora deve retratar-se e pedir desculpa aos vereadores do Partido Socialista, pela insinuação que fez relativamente a Salazar, um ditador que todos nós, os nossos partidos, ajudaram a deitar a baixo.

Não admitimos, Sra. Presidente. Ficou-lhe mal, essa sua intervenção. Muito mal.

**Sra. Presidente** – Já leva, agora, a resposta.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – A senhora vai responder e ainda bem que responde, porque eu também respondo sempre, frontalmente.

**Sra. Presidente** – Leva, leva.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Sou seu amigo pessoal, se me permite que seja. Se me permitir que seja.

**Sra. Presidente** – Não, não permito. Claro que não.



**Sr. Vereador Fernando Paulino** - OK, então não sou seu amigo.

Politicamente, tenho que discordar sempre e essa sua intervenção não tem um mínimo de justificação, como não tem a intervenção e a atitude de quem estava, aqui, a assistir à reunião da Câmara, independentemente de quem seja. Independentemente de quem seja. Não me interessa.

Nós reprovamos, mas a sua intervenção também não foi boa. Num sistema democrático, não a deve ter.

**Sra. Presidente** – Sr. Vereador, escusa de se armar em Calimero e em vítima.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Também não lhe admito essa sua forma de se dirigir a um vereador. Eu não sou nenhum Calimero, eu não sei o que é um Calimero.

**Sra. Presidente** – Eu não o interrompi.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Mas eu não lhe admito, Sra. Presidente.

**Sra. Presidente** – O Sr. Vereador não se esteja a armar em vítima, nem em Calimero, porque eu não me dirigi aos três vereadores. Ponto. Não, não. O senhor está a faltar a verdade. Deve estar aí uma ata, o senhor oiça a ata.

O que eu disse o que ele disse foi que a intervenção do Sr. Vereador Fernando José, em relação a que é tudo comunista, o que estava a dizer era um paralelismo entre aquilo que ele dizia, que todas as pessoas que rejeitaram, todas as câmaras que rejeitaram eram comunistas. (Foi, foi. Está lá, na ata. Está na ata). Todas as câmaras que rejeitaram são do Partido Comunista e eu fiz o paralelismo àquilo que o senhor disse, que, antigamente, qualquer pessoa, mesmo não sendo do Partido Comunista, mas que estivesse em desacordo com o Salazar, era comunista. Foi isso que eu disse.

Eu não vos chamei salazaristas e o senhor está a empolar e armar-se em vítima. Não me esteja a dizer que não. Basta ouvir a ata. Basta ouvir a ata. O senhor, muitas vezes, não está a ouvir aquilo que nós dizemos, porque está a conversar. Portanto, basta ouvir a ata. O senhor, basta ouvir a ata.

Eu não chamei aos vereadores, aos três vereadores, Salazares. Eu disse que a intervenção do Vereador Fernando José era equiparada. Antigamente, qualquer pessoa que não estivesse de acordo era apelidada de comunista e, portanto, o que o Vereador Fernando José estava a dizer era que as câmaras que rejeitaram eram do Partido Comunista. As câmaras que rejeitaram eram do Partido Comunista. Está na ata. Está na ata.

Portanto, eu não o chamei Salazar e escusa de se armar em vítima, porque não me toca coisíssima nenhuma. Não é meu amigo, somos conhecidos. Não é meu amigo, está bem?

Portanto, é isso que eu tenho para lhe dizer. Pronto, é isso que eu tenho para dizer. E, portanto, é só ler a ata. Essa encenação não tem cabimento. É ler a ata e o senhor, felizmente, ouve e sabe ler. Portanto, com calma, ouve ou lê as atas, uma coisa ou outra. Portanto, vê exatamente aquilo que eu disse.

Portanto, essa encenação, para mim, não conta muito.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – É só para acrescentar uma matéria diferente do tom aqui verificado, que eu respeito. É o debate democrático, mas, desculpem lá, não vou tocar nesse assunto, porque, naturalmente, é o vosso debate.

Compreendo e assisto, mas queria dar aqui uma nota que creio que é importante, uma vez que isto vai à Assembleia Municipal de seguida. A Assembleia Municipal tem um recurso, que é chamar o Secretariado da Área Metropolitana de Lisboa. A própria Sra. Presidente mencionou que isto não é só visto a nível local, mas, também, a nível regional, na Área Metropolitana de Lisboa. Também mencionou, e bem, a questão dos passes sociais.

Eu acho que seria – isto depende de vocês, porque vocês estão em maioria -, seria muito pertinente e muito importante, que a Assembleia Municipal deliberasse chamar um elemento

do Secretariado da Assembleia Metropolitana de Lisboa, para falar sobre esta matéria, e, também, sobre os passes sociais, à Assembleia Municipal, onde estão os vereadores. Acho que seria extremamente importante, até porque o Secretariado é composto por PS, PSD e CDU, se não estou em erro, um de cada partido. São militantes de cada um desses partidos. Portanto, é o que é.

Eu acho que isso era extremamente relevante, para debater isto de uma forma sóbria, ou seja, receber informação de uma forma sóbria, os números, etc. Depois, o debate e a posição cada um tem os seus, mas acho que isto era extremamente relevante, até porque, na Assembleia Municipal, depois também estão mais partidos do que estão aqui.

Acho que, quanto a essa matéria, seria bom, ficava bem. Creio fará sentido ser a CDU a ter essa iniciativa. O PSD irá pretender propô-la, por sugestão minha. Espero que os deputados municipais aceitem. Assim espero que o façam. Os do PSD irão propor, quando isto for à Assembleia Municipal. Acho que ficava bem.

Portanto, fica já, para vossa reflexão, essa matéria.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 3 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Fez a seguinte declaração de voto: *“É só para dizer que votei a favor para nos juntarmos a todos os municípios da CDU, do PS e do PSD, que entenderam assumir a descentralização ou a transferência de competências de uma forma responsável, em defesa dos seus munícipes”.*

**Sr. Vereador Fernando José** – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Programa do XXI Governo Constitucional apontou a descentralização como a base da reforma do Estado. Numa lógica racionalizadora e num quadro de subsidiariedade, trata-se, sobretudo, de dar cumprimento a objetivos de maior eficácia, eficiência e proximidade das políticas públicas, aproximando-as do cidadão e possibilitando-se uma maior adequação dos serviços prestados à população. Para atingir estes objetivos é necessário aproximar as decisões dos cidadãos transferindo para o âmbito da administração local mais próximo deles, um conjunto alargado de competências de serviços públicos de carácter universal.*

*Neste caminho, as autarquias, enquanto entidades político-administrativas fundamentais na estrutura fundamental para a gestão de provisão de bens e serviços públicos prestados numa lógica de proximidade ao cidadão numa dimensão de proximidade, e de fortalecimento do poder local, veem alargadas as suas competências e participação em mais de 20 áreas setoriais, tão importantes como a saúde e a educação.*

*Todo este processo de descentralização é concretizado numa lógica de consenso entre as áreas setoriais de Governo responsáveis pelas entidades detentoras das competências transferidas, e com um rigoroso acompanhamento e estreita colaboração da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) num longo, rigoroso e permanente processo de negociação.*

*A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto consagra nos seus artigos 2.º e 3.º os princípios e garantias a que obedece a transferência de competências, salvaguardando a autonomia do poder local a coesão territorial, garantindo a universalidade e a igualdade de acesso ao serviço público. Os mesmos princípios e garantias estão devidamente respeitados nos diplomas setoriais que concretizam as competências transferidas.*

*O exercício das competências transferidas é melhor garantido pelo nível de proximidade da decisão à satisfação dos interesses dos cidadãos.*

*O princípio da subsidiariedade diz-nos que os recursos devem ser alocados onde melhor possam ser geridos, acreditando-se que as competências melhor estão atribuídas ao nível local tendo em vista a eficiência dos recursos públicos.*

*Os diplomas setoriais garantem a efetivação das competências referidas na medida da sua transferência, sem prejuízo de casos específicos que se mantem na administração central (ex. justiça) e os mecanismos e casos em que existem transferências de recursos.*

*A natureza das competências a transferir, não afastam o Estado do cumprimento do seu papel constitucionalmente consagrado, estando previstos, nos diferentes diplomas setoriais, mecanismos de cooperação conjunta entre a administração central e a local, designadamente quanto ao planeamento e ao investimento inerentes às respetivas políticas públicas.*

*Este processo é um voto de confiança no poder local, que nos últimos anos tem dado provas da sua capacidade de gestão dos recursos públicos, que tem contribuído para um saldo orçamental positivo e para a redução do défice público, com prazos médios de pagamento sucessivamente reduzidos.*

*Ao contrário do que alguns afirmam neste processo está associada a transferência de poderes de administração e gestão, de fiscalização, tributários, de regulamentação, sancionatórios entre outros.*

*Também neste processo se legitimam as autarquias, atribuindo-lhes por lei competências que por “vocaçãõ” muitas vezes já lhe vinham sendo acometidas. Outras são novas competências cujo exercício a nível local é o mais adequado à satisfação das necessidades das populações.*

*Do ponto de vista financeiro, o artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê que a transferência das competências, designadamente a identificação e densificação da respetiva natureza, é concretizada por meio de legislação complementar, de âmbito setorial, os quais definem, entre outras matérias, a forma de afetação dos recursos, incluindo disposições transitórias adequadas à gestão dos procedimentos de transferência.*

*Neste contexto, os diplomas sectoriais determinam, após pronúncia prévia dos municípios, a publicação dos mapas com os montantes a transferir, por setor, para o ano de 2019, assegurando-se por esta via a necessária participação dos municípios na determinação do respetivo envelope financeiro.*

*As verbas referentes ao envelope financeiro da descentralização estão já inscritas, em sede de Orçamento do Estado para 2019, nos programas orçamentais dos Ministérios respetivos.*

*Estas dotações serão, assim, transferidas para cada município que pretenda exercer, já em 2019, as competências transferidas no âmbito do processo de descentralização.*

*Os mecanismos necessários à execução financeira dos diplomas setoriais serão expressamente previstos no decreto-lei de execução orçamental.*

***Os vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta da câmara municipal em recusar exercer, em 2019, as competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais publicados, por considerar:***

*A descentralização é, para o PS, um imperativo político, um imperativo jurídico-constitucional e um imperativo programático, honrando a sua histórica defesa da autonomia local e regional e da importância do municipalismo para o progresso económico, social e cultural da nossa sociedade.*

*O PS defende uma Administração Pública ágil, célere, desburocratizada e próxima dos cidadãos e das empresas; ora, tal desiderato só é possível de atingir através da descentralização administrativa e do reforço do Poder e da Administração Local, da sua presença e da sua atuação, necessariamente próxima dos cidadãos e das empresas, mediante a transferência de competências dos órgãos do Estado para os órgãos das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, à luz da autonomia e da subsidiariedade.*

*Das justificações apresentadas, misturam-se indevidamente um conjunto de reclamações que em nada têm a ver com a assunção de novas competências para as autarquias locais – constata-se que o PCP / CDU é contra o processo de descentralização, representando uma esquerda centralizadora, conservadora e tradicionalista em linha de coerência com o centralismo democrático.*

*O PCP / CDU gosta muito de realçar a importância da participação das populações; mas quando as populações têm a possibilidade de participar mais no controlo democrático do*

*exercício do poder político e administrativo, como acontece, naturalmente, por efeito da descentralização, uma vez que há um conjunto de decisões que passam a ser tomadas pelos autarcas, portanto com mais proximidade, é contra e assume uma posição desfavorável.*

*Não deixa de ser, no mínimo, estranho, quando lhe convém o PCP / CDU elogia o Presidente da República, que é da direita, falando nos riscos que este associou à nova Lei-Quadro e enumerando-os, os quais constam do ato de promulgação; esquece-se, porém, de afirmar que o Presidente da República defende este processo e a descentralização como princípio.*

**Por fim, os vereadores do PS ao votarem contra a proposta da câmara municipal em recusar exercer, em 2019, as competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais publicados, defende que:**

**A Câmara Municipal deve, desde já, do ponto de vista da sua estrutura organizacional, preparar-se para receber novas competências, visto que, em janeiro de 2021 elas serão obrigatórias, cf. n.º 3 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Ao não fazer – e ao receber de uma só vez todas as competências - corre-se sério risco de a estrutura sofrer, não estar preparada e não se adaptar às novas competências em mais de 20 áreas setoriais.**

**A Câmara Municipal deverá assumir as novas competências. De uma forma séria, da análise dos decretos-lei aprovados, o município tem condições para receber quase todas as novas competências já em 2019 e as restantes em 2020, sendo gritante e incompreensível a recusa sem justificação no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; estacionamento público; habitação; instalação e gestão das Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão, instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes”.**

**2. Deliberação n.º 20/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAP – Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais. Definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de equipas multidisciplinares de projeto, bem como seu estatuto remuneratório**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15.

**Sr. Vice-Presidente** – A intervenção necessária seria, apenas, no artigo 15.º, que é em relação à definição do número máximo de chefias das unidades orgânicas de 2.º grau e 3.º grau, mas aproveitou-se, porque havia repetições no preâmbulo, que estavam a determinar, também, o número destas chefias, quando elas bastam que estejam no artigo 15.º

Portanto, eliminaram-se do preâmbulo e ficam, apenas, num ponto a delimitação e a enumeração daquelas que são, agora, equiparadas à chefia de grau 2, que é o equivalente à divisão. Estão, agora, concretamente mencionadas. É, apenas, essa alteração.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 21/19 – Proposta n.º 03/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 35/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPAI - Gabinete de Planeamento, Auditoria Interna e Qualidade**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



**4. Deliberação n.º 22/19 – Proposta n.º 04/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 36/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPAE - Gabinete de Projetos do Ambiente e da Energia**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 23/19 – Proposta n.º 05/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 37/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPE - Gabinete de Projetos Especiais**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 18, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 24/19 – Proposta n.º 06/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 38/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPE - Gabinete de Feiras e Eventos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 25/19 – Proposta n.º 07/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 39/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GARIU - Gabinete de Requalificação e Imagem Urbana**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 26/19 – Proposta n.º 08/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 40/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAPRU - Gabinete de Projeto das Áreas de Reabilitação Urbana**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 27/19 – Proposta n.º 09/2019 – GAP – Ratificação do Despacho N.º 41/2019, de 16 de janeiro – Designação da chefia do GAGIAS - Gabinete de Gestão de Infraestruturas de Água e Saneamento**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 28/19 – Proposta n.º 04/2019 – DAF/DICONT/SERGE – Contrato de Comodato a celebrar entre o Município de Setúbal e a Fraternal Escotista de Portugal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 25, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Ausentou-se da sala de sessões, o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

**11. Deliberação n.º 29/19 – Proposta n.º 05/2019 – DAF/DICOMP/SECOMP – Anulação do concurso público n.º 17/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP - Concessão do direito de exploração de Bar/Cafetaria no Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal. Abertura de novo procedimento concursal para concessão do direito de exploração de Bar/Cafetaria no Parque Urbano de Albarquel, em Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 a 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Regressou à sala de sessões, o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

**12. Deliberação n.º 52/19 – Proposta n.º 06/2019 – DAF – Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2019**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 32.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Quando estas propostas vieram a reunião da Câmara, foi solicitado pelo Partido Socialista, pelo Vereador Paulo Lopes, que as novas taxas viessem acompanhadas do estudo económico-financeiro, porque, na altura, não aconteceu. Foi-nos dito, pela Sr.ª Presidente, que seria enviado para o gabinete. Como não recebi, quero perguntar se foram enviadas, ou não, essas propostas.

**Sra. Presidente** – Foi pedido aos vários departamentos, mas não tenho aqui, agora, o Diretor. Estava a ver só em relação ao urbanismo, mas não tenho aqui o Diretor. Não sei porque é que isso não foi enviado. As duas técnicas que estão aqui não têm que ver com a área financeira. Não posso responder agora.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** - Não vai alterar o nosso sentido de voto. De qualquer das formas, gostaríamos, depois, que nos fosse entregue.

**Sra. Presidente** – Com certeza, era importante, para ir à Assembleia Municipal. Portanto, isto foi de 31 de outubro. Foi já para discussão pública. Agora, está já na volta dos órgãos deliberativos, Câmara e Assembleia Municipal. Até lá, amanhã vai ser solicitada ao diretor financeiro.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Porque é obrigatória a apresentação. É só por essa razão.

4

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

**13. Deliberação n.º 30/19 – Proposta n.º 04/2019 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar N.º 9/2017 – DAFRH/DIRH/CM-GC – Contra José Francisco de Jesus Pereira**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, 8 votos SIM, 2 votos NÃO e 1 voto BRANCO.

**14. Deliberação n.º 31/19 – Proposta n.º 02/2019 – GAF – Alteração à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal para o mandato 2018-2021. Artigo 6.º - “Gerir e Assegurar a Manutenção dos Espaços Verdes”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 32/19 – Proposta n.º 02/2019 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação – Bairro 2 de Abril – Largo Eduardo Maria Duarte, n.º 1 – 2.º esquerdo**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 e 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 33/19 – Proposta n.º 08/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio à Tertúlia Tauromáquica Setubalense**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 34/19 – Proposta n.º 09/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 39 e 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

**18. Deliberação n.º 35/19 – Proposta n.º 10/2019 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro ao Grupo Recreativo Escola de Samba Rio Azul**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 36/19 – Proposta n.º 11/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 37/19 – Proposta n.º 12/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fonte nova**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 38/19 – Proposta n.º 13/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 e 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 39/19 – Proposta n.º 14/2019 – DCDJ/DICUL – Bienal de Teatro e Artes Performativas para toda a família – apoio financeiro**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 40/19 – Proposta n.º 15/2019 – DCDJ/DICUL – Projeto AMATEATRO – apoio financeiro a grupos de teatro de amadores do concelho de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



**24. Deliberação n.º 41/19 – Proposta n.º 16/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal – “Projeto Gralha”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 42/19 – Proposta n.º 17/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 43/19 – Proposta n.º 18/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal – CRL**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 e 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 44/19 – Proposta n.º 19/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a 50 Cut's, Associação Cinematográfica**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 45/19 – Proposta n.º 20/2019 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L.**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 e 60, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 46/19 – Proposta n.º 21/2019 – DCDJ/DICUL – Festival Internacional de Teatro de Setúbal – Protocolo de colaboração**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a



Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 47/19 – Proposta n.º 22/2019 – DCDJ/DICUL – Isenção de taxas de cedência em equipamentos culturais municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 48/19 – Proposta n.º 01/2019 – DES/GABS – Aceitação de doações – Natal Solidário 2018**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**32. Deliberação n.º 49/19 – Proposta n.º 02/2019 – DES – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho 2019-2021**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**33. Deliberação n.º 50/19 – Proposta n.º 01/2019 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2018**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**34. Deliberação n.º 51/19 – Proposta n.º 02/2019 – DAAE/DIAES – Aceitação de doação ao Município, efetuada pelo IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4

### **C) Período destinado à intervenção do público**

**Sr. Augusto Cruz** - Como todos sabemos, de momento, incrivelmente, assistimos a um verdadeiro paradoxo, demasiadamente parecido ao que se vivia quando, precisamente, morreu a Monarquia. Acontece que dentro dos mesmos partidos existem vários tipos de clientela. Eis a fundamental razão acrescida da falta de sensibilidade perante a própria aparência de consenso. Tudo isto devido aos próprios interesses acentuados, pondo em causa o próprio interesse de desenvolvimento do próprio país, que vive no obscuramente total, inclusive os próprios ministérios.

A pergunta número 2, é: onde é que existe a verdadeira etnodiceia? Que tipo de justiça é que existe neste país? Entre estes dois tipos há uma existência vergonhosa, de cuja implantação são culpados os profissionais de fraca existência de políticos responsáveis. Os mesmos não resolvem absolutamente nada, onde mantêm somente a amargura dos sorrisos. Ganham ordenados com autênticos lords. A própria instabilidade está demonstrada e proliferada em todas as instâncias.

A única estimativa existente é a vaidade, como vanguarda da própria negação personalizada e, ao mesmo tempo, tentada. A própria apatia, infelizmente, existente, tem levado o próprio país à própria miséria, estimulada e criada pela própria cidadania. Não tem a mínima cultura para se defender ou mesmo tentar participar na tentativa de resolver os seus próprios problemas. Tudo isto, porque são autênticos individualistas.

Ponto 3. Banqueiros livres de prisão. Pergunto: que tipo de poder político é que existe. Perante a própria justiça, como vergonha atual, pergunto: por que é que a própria Espanha, aqui ao lado, dá provas reais da segurança, conquanto resolve muito mais rápido as próprias inseguranças?

Ponto 4. Note-se a evidência geral que se passou com Ronaldo. Só o avisaram uma vez. Marcaram o dia da audiência, resolveu e, assim, abandonou o tribunal. Se, acaso fosse a pagar ao próprio fisco cá, levava anos. Até, se calhar, lhe perdoavam. Aconteceu, precisamente, que o ex-presidente do Benfica, inclusive, andou fugido à própria polícia e justiça, cujo processo acabou por prescrever ao fim de 10 anos mais 5 e mais 3. Quantos casos iguais a estes durante o ano se passam?

Eis a razão porque, com evidência, existe duas justíças, uma para os ricos e outra para os pobres. Felizmente a minha, que tenho atuado contra a própria justiça, que não são um caso, nem 2, nem 3, nem 4, nem 5, nem 6, tenho ganho e aquelas que eu perco não me tocam. Sabem bem que eu não tenho rabos-de-palha nem telhados de vidro. Tenho dito.

**Sra. Cátia Susana Ferreira** – Venho aqui pedir auxílio. Tenho andado a comunicar com a Câmara Municipal. Tenho estado muito nervosa. Fui despejada, no dia 4 de janeiro, mas houve uma senhora que teve coração e pôs-me lá dentro de casa dela. Até dia 31 tem que me mandar embora.

**Sra. Presidente** – Foi despejada do Largo Alberto Mendes Fialho. Não é Câmara? Não? É uma casa privada? Sim.

**Sra. Cátia Susana Ferreira** – Essa senhora que tem a casa, ela comprou a casa ou foi de uma herança do marido. A senhora, de coração, abriu-me a porta, porque eu tenho três filhas e um neto. Eu fui lá para casa. A senhora, as filhas da senhora da casa e mais o filho, ao fim de uma semana de eu estar lá, telefonaram-me porque eu tinha que desocupar a casa até ao final do mês, porque a mãe não podia ter alugado, ter-me deixado entrar lá dentro de casa. Ainda agora, estava aqui a assistir à Assembleia, a senhora está-me só a telefonar, para ver se eu já resolvi alguma coisa, porque eu tenho mesmo que desocupar aquela habitação. Eu já contactei a Câmara Municipal...

**Sra. Presidente** – Você já se inscreveu na Câmara?

4

**Sra. Cátia Susana Ferreira** – Eu tenho tudo, tenho o concurso. Eu recebi a classificação, a minha assistente social mandou um relatório para baixo e eu continuo com as minhas portas fechadas.

**Sra. Presidente** – Cátia, espera aí um bocadinho, está bem? No final, depois fala ali com o Vereador Rabaçal, que é o vereador das casas. Está bem? No final, fala. Faltam só 5 minutos.

**Sra. Maria dos Anjos de Jesus** – Não sei se é do conhecimento que eu moro na Rua Cabral Adão, 1.º direito, aonde, há três meses, rebentou um cano no 2.º andar. Entretanto, destruiu-me a casa toda. Eu falo com o Dr. Jorge Coco, eu falo com o Dr. António Sequeira, dizem que pediram a máxima urgência. Vale mais eu estar a dormir ao pé dos sem-abrigos do que estar dentro daquela casa. Eu gostava que a Presidenta fosse lá ver e o Sr. Carlos Rabaçal. Eu tenho as fotos aqui no telemóvel.

**Sra. Presidente** – Olhe, mas a casa é da Câmara?

**Sra. Maria dos Anjos de Jesus** – É, sim. É na Rua Cabral Adão.

**Sra. Presidente** – Fica ali para o pé do Viso?

**Sra. Maria dos Anjos de Jesus** – Sim, sim. Se o cano está rebentado há três meses, porque razão há três casas destruídas? Eu não posso estar dentro da minha casa, porque, aquilo, a água cai-me em cima. Tenho que estar com uns alguidares. A casa já não tem reboco. É a cozinha, é a sala, é a casa-de-banho, é o corredor, é o meu quarto. Eu estou a respirar aquilo tudo. Já está a aparecer o barro dos tijolos, tudo ao mesmo tempo.

**Sra. Presidente** – Isto é algum cano que está, da habitação de cima, a passar para a sua casa.

**Sra. Maria dos Anjos de Jesus** – Sim, sim.

Eu estou num T2. Eu já estou a pedir, por tudo: *“Dêem-me um T1!”*, que eu sei que vai ser despejado. Tenho a morada, tenho tudo. Já dei o nome onde se vai pagar a renda, porque eu, graças a Deus, não devo dinheiro à Câmara.

**Sra. Presidente** – Vai esperar que termine a reunião de câmara e vai falar com o Vereador Carlos Rabaçal.

**Sra. Presidente** – Vive sozinha, numa casa?

**Sra. Maria dos Anjos de Jesus** – Vivo, sim.

**Sra. Presidente** – Um T1 chegava-lhe, não era?

**Sra. Maria dos Anjos de Jesus** – Fiquei viúva, vivo sozinha.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Era só para dizer o seguinte: A senhora tem razão. É um caso grave, de infiltração. Já foi identificado. Hoje tivemos uma reunião sobre as obras urgentes. Amanhã vai lá alguém e vamos ter que parar outras coisas, para ir lá, porque é uma coisa urgente. Quando aparecem coisas dentro deste tipo, já devíamos lá ter ido. Hoje estivemos a ver isso.

Em relação à infiltração, tem que se resolver. Não é só por sua causa, é por causa de todos. Vai ter que se lá ir resolver e amanhã vai lá alguém tratar disso. Está decidido. Hoje, decidimos isso. Em relação à troca, depois, no fim, conversamos sobre isso, está bem?

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 20 de fevereiro de 2019, por unanimidade, contém 37 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Ata elaborada por:  
Carlos Mendes

Conferida por:  
Ana Cristina Claro